

EDUCAÇÃO

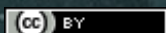
CONTINUADA

ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE

PROTEÇÃO
INTEGRAL
RESPONSABILIZAÇÃO
DIREITOS HUMANOS
SOCIOEDUCAÇÃO
INCLUSÃO

CEQ 
EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Revista Educação Continuada
São Paulo, SP, Educação, Ciências e suas Tecnologias, V.8 n.3, março 2026

 BY

Revista Educação Continuada

Educação, Ciências e suas Tecnologias

São Paulo - SP, V.8 n.3, mar 2026

Conselho Editorial

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva
Prof. Dr. Flávio da Silva
Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho
Me. André Santana Mattos

Comissão Científica

Prof. Dr. Flávio da Silva
Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho
Prof. Me. Marcos Roberto dos Santos
Profa. Esp. Maria Aparecida Alves Xavier
Prof. Dr. André Magalhães Coelho

Revisão e Editoração

Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho

Direção Institucional

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva

E24

Revista Educação Continuada (Eletrônica) / [Editor Chefe]
Prof. Me. Enésio Marinho da Silva - Vol.8, n.3 (mar, 2026) - CEQ
Educacional - São Paulo (SP): Editora CEQ Educacional,

125p.: Il color

Mensal

Modo de acesso: [Link da edição](#)

ISSN 2675-6757 (On-line)

Data de publicação: 31/03/2026

1. Ciências Humanas; 2. Educação; 3. Tecnologias de Aprendizagem;
I. Título

CDU 37/49
CDD 372.358

Bibliotecário Responsável: Emerson Gustavo Nifa | SP-010281/O



SUMÁRIO

p. 5 – 14

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLA

Autor(a): Ivanize Bispo De Souza

p. 15 – 28

ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: MARCOS LEGAIS, DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Autor(a): Gisele Evaristo

p. 29 – 39

CONCEITUAR PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO E COMO CIÊNCIA

Autor(a): Gisele Evaristo

p. 40 – 51

DIFERENCIAR O SENSO COMUM DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

Autor(a): Joana Batista de Souza

p. 52 – 62

FENÔMENO DAS PSEUDOCIÊNCIAS NA ATUALIDADE

Autor(a): Joana Batista de Souza

p. 63 – 74

O DESAFIO DA DEMARCAÇÃO CIENTÍFICA NA PSICOLOGIA

Autor(a): Joana Batista de Souza

p. 72 – 76

O PAPEL DO ADULTO NA MUSICALIZAÇÃO INFANTIL: MEDIADOR E NÃO INSTRUTOR

Autor(a): Marceli Pascon Nicoletti

p. 77 – 81

FUNDAMENTANDO A PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES

Autor(a): Marceli Pascon Nicoletti

p. 82 – 86

CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Autor(a): Marceli Pascon Nicoletti

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLA

Autor(a): Ivanize Bispo De Souza

RESUMO

Este artigo aborda a importância da Educação Física no ambiente escolar, destacando seu papel fundamental no desenvolvimento integral dos estudantes. Por meio de uma abordagem teórica e crítica, o estudo discute as contribuições da disciplina para o crescimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças e adolescentes. Também são analisados os benefícios da prática corporal no contexto escolar, bem como os desafios enfrentados pelos professores e instituições para garantir a efetividade dessa área do conhecimento. Além disso, o texto propõe caminhos para o fortalecimento da Educação Física como componente curricular essencial, com foco na valorização profissional, inclusão social e qualidade da formação docente. O artigo reforça a necessidade de uma Educação Física comprometida com os princípios da equidade, diversidade e cidadania, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: Desenvolvimento integral. Educação física. Formação docente.

INTRODUÇÃO

A escola é um dos principais espaços de formação humana e social, sendo responsável por oferecer uma educação que contemple não apenas o domínio de conteúdos acadêmicos, mas também o desenvolvimento integral dos indivíduos em suas dimensões física, emocional, social e cognitiva. Dentro desse processo, a Educação Física escolar ocupa um lugar de grande importância, ao proporcionar vivências corporais que favorecem a construção da identidade, o fortalecimento da saúde, a socialização e o exercício da cidadania. No entanto, mesmo com os avanços conquistados nas últimas décadas, a Educação Física ainda enfrenta estigmas e desafios que comprometem sua efetiva valorização no contexto escolar.

Durante muito tempo, a disciplina foi vista de forma reducionista, associada unicamente ao esporte competitivo, à recreação ou à descarga de energia dos alunos. Essa visão simplificada desconsidera seu potencial educativo e formativo, bem como sua função de mediação entre corpo, cultura e sociedade. A Educação Física contemporânea, sustentada por diversas abordagens

pedagógicas e respaldada por documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), defende uma prática pedagógica que reconhece o corpo como linguagem e expressão, e valoriza os múltiplos sentidos das práticas corporais no cotidiano dos estudantes.

Além de contribuir para o desenvolvimento motor e para a melhoria da aptidão física, a Educação Física promove experiências que favorecem o respeito à diversidade, o trabalho em grupo, a inclusão de alunos com deficiência, a superação de limites e a construção de valores éticos. Ao integrar saberes corporais com as demais áreas do conhecimento, ela amplia a compreensão dos alunos sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor, reforçando o papel da escola na formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da Educação Física nas escolas, destacando seus benefícios no processo de ensino-aprendizagem, seu potencial como ferramenta de inclusão social e os principais desafios que enfrenta no ambiente educacional. Também serão discutidas propostas e estratégias para o fortalecimento da disciplina, considerando a necessidade de políticas públicas que garantam sua presença qualificada no currículo escolar, com infraestrutura adequada, valorização profissional e abordagens pedagógicas consistentes.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A Educação Física escolar é uma área do conhecimento que tem passado por significativas transformações ao longo das últimas décadas, deixando de ser uma prática exclusivamente voltada ao condicionamento físico ou ao rendimento esportivo para assumir uma função educativa mais ampla, integrando corpo, cultura e sociedade. Sua inserção no currículo escolar brasileiro está respaldada por uma base legal sólida, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que assegura a obrigatoriedade da disciplina como parte da formação integral dos alunos.

Segundo Darido (2003), a Educação Física deve ser compreendida como um componente curricular que propicia o acesso dos alunos à cultura corporal de movimento, sendo essa composta por práticas como esportes, danças, lutas, ginásticas e jogos. O autor destaca que, ao trabalhar essas manifestações de forma crítica e contextualizada, o professor contribui para a formação de sujeitos autônomos e conscientes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça essa perspectiva ao afirmar que “a Educação Física é componente obrigatório da área de Linguagens e se constitui como prática pedagógica que trata, na escola, das práticas corporais como conteúdos que devem ser

ensinados” (BRASIL, 2018, p. 183). A BNCC propõe uma abordagem que valoriza a diversidade cultural, a inclusão e a promoção de valores éticos, enfatizando a importância do corpo como linguagem e expressão.

Além disso, autores como Bracht (1999) defendem a concepção crítico-superadora da Educação Física, que busca superar as limitações das abordagens tradicionalistas e tecnicistas, propondo uma prática pedagógica voltada à compreensão crítica da realidade. Para o autor, “a escola deve propiciar ao aluno uma leitura crítica das práticas corporais enquanto expressão de interesses sociais diversos” (BRACHT, 1999, p. 80). Nessa perspectiva, a Educação Física não se limita ao desenvolvimento de habilidades motoras, mas envolve também dimensões sociais, políticas e culturais.

Por outro lado, Betti (1991) ressalta que o corpo deve ser entendido como um “sujeito histórico e social, que se constrói nas interações com o meio e com os outros corpos”. Isso implica considerar que as práticas corporais não são neutras, mas carregadas de significados e valores que refletem o contexto sociocultural em que estão inseridas.

Portanto, os fundamentos teóricos da Educação Física escolar apontam para uma prática que vai além do movimento físico, orientando-se por princípios educativos que buscam desenvolver nos alunos a consciência crítica, o respeito à diversidade e a valorização das múltiplas formas de expressão corporal. O compromisso com uma educação emancipadora exige que a disciplina esteja alinhada às diretrizes curriculares e aos pressupostos pedagógicos que promovem o desenvolvimento integral dos estudantes.

BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E JUVENIL

A Educação Física escolar desempenha um papel fundamental no processo de formação das crianças e dos adolescentes, atuando diretamente no desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social dos estudantes. Muito além de promover a atividade física, essa disciplina proporciona vivências que contribuem para a construção da identidade, para a autonomia e para a aprendizagem significativa.

Do ponto de vista físico, a prática regular de atividades motoras desenvolve habilidades como coordenação, equilíbrio, lateralidade e percepção espacial, sendo essencial na fase de crescimento. Segundo Tani et al. (1988):

“O movimento humano é uma das formas de interação com o mundo, e a Educação Física tem a responsabilidade de propiciar situações pedagógicas que favoreçam esse desenvolvimento” (TANI et al., 1988, p. 15).

No campo da saúde, a Educação Física atua na prevenção de problemas como obesidade, sedentarismo, diabetes e doenças cardiovasculares. De acordo com Nahas (2010), a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, pois atinge crianças e adolescentes em uma fase de formação de hábitos. O autor afirma que “a Educação Física escolar deve incentivar a adoção de comportamentos saudáveis e conscientes desde a infância” (NAHAS, 2010, p. 93).

No campo da saúde, a Educação Física atua na prevenção de problemas como obesidade, sedentarismo, diabetes e doenças cardiovasculares. De acordo com Nahas (2010), a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, pois atinge crianças e adolescentes em uma fase de formação de hábitos. O autor afirma que “a Educação Física escolar deve incentivar a adoção de comportamentos saudáveis e conscientes desde a infância” (NAHAS, 2010, p. 93).

Além dos benefícios físicos, a Educação Física contribui significativamente para o desenvolvimento emocional e social dos alunos. Por meio de jogos, esportes e outras práticas corporais, os estudantes aprendem a lidar com regras, frustrações, vitórias e derrotas, desenvolvendo habilidades socioemocionais importantes como empatia, resiliência, cooperação e respeito às diferenças. Darido e Rangel (2005) apontam que essas experiências favorecem a formação de sujeitos mais críticos e conscientes, capazes de atuar de forma ética e solidária na sociedade.

O aspecto cognitivo também é impactado positivamente pelas práticas corporais. Estudos apontam que a atividade física pode melhorar a capacidade de concentração, a memória e o desempenho escolar em geral (GUEDES; GUEDES, 1997). Isso ocorre porque o movimento estimula o cérebro e promove maior oxigenação, contribuindo para o equilíbrio neuropsicológico dos alunos.

Por fim, a Educação Física promove o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural presente nas manifestações corporais. A dança, as lutas, os jogos populares e as brincadeiras tradicionais revelam elementos da cultura de diferentes grupos sociais, possibilitando um contato com múltiplas identidades e modos de viver.

Segundo Soares et al. (1992):

“A Educação Física escolar deve garantir ao aluno o acesso à pluralidade das práticas corporais como forma de compreensão da cultura e da sociedade” (SOARES et al., 1992, p. 47).

Portanto, os benefícios da Educação Física vão muito além da atividade física em si. Eles abrangem dimensões essenciais do desenvolvimento humano e se refletem diretamente na

formação de sujeitos mais saudáveis, ativos, críticos e integrados à sociedade.

EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO ESCOLAR

A Educação Física escolar tem se destacado como uma importante aliada na promoção da inclusão social, à medida que proporciona vivências corporais acessíveis e significativas para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Quando planejada de forma crítica, democrática e sensível à diversidade, essa disciplina contribui para o enfrentamento da exclusão e para a construção de uma escola mais equitativa e acolhedora.

A inclusão, no âmbito educacional, pressupõe garantir a todos os estudantes o direito de participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem, respeitando suas especificidades.

Segundo Silva (2009),

A Educação Física, por meio das práticas corporais, pode “romper com as barreiras que historicamente marginalizaram sujeitos com deficiência, oferecendo a eles experiências que favorecem a autoestima, o pertencimento e a interação social” (SILVA, 2009, p. 112).

Ao adaptar jogos, esportes e atividades motoras, o professor torna o conteúdo acessível, promovendo a participação efetiva de todos os alunos. Nesse sentido, a atuação docente é determinante para garantir que a Educação Física escolar seja, de fato, um espaço de inclusão.

Betti e Zuliani (2002) afirmam que a prática pedagógica deve considerar as diferenças não como obstáculos, mas como potencialidades que enriquecem o ambiente de aprendizagem.

Para os autores, “a valorização da diversidade corporal deve ser o eixo central do planejamento das aulas, reconhecendo que cada aluno tem sua própria forma de mover-se, sentir e expressar-se” (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 39).

Além da inclusão de alunos com deficiência, a Educação Física também pode contribuir para a valorização das diversas culturas corporais existentes na sociedade, como as manifestações de comunidades indígenas, afro-brasileiras, quilombolas e periféricas. De acordo com Molina Neto (2012), as aulas de Educação Física devem “buscar o diálogo entre as diferentes expressões do corpo, promovendo o respeito às identidades e o combate aos preconceitos” (MOLINA NETO, 2012, p. 77). Essa abordagem amplia o repertório cultural dos estudantes e fortalece o respeito à alteridade.

Outro aspecto importante é a relação entre Educação Física e a convivência democrática. Ao participar de jogos coletivos, atividades em grupo e desafios cooperativos, os alunos aprendem a respeitar regras, ouvir opiniões divergentes e atuar com empatia e solidariedade.

Como observa Darido (2003), “as práticas corporais podem ser organizadas de maneira a

promover valores éticos e sociais, fortalecendo o senso de pertencimento e de responsabilidade coletiva” (DARIDO, 2003, p. 56). Dessa forma, a Educação Física, quando orientada por princípios inclusivos e transformadores, ultrapassa os limites do corpo e do desempenho físico, tornando-se uma ferramenta pedagógica essencial para a formação de sujeitos mais conscientes, respeitosos e preparados para viver em sociedade.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

A Educação Física, ao ser compreendida como uma prática pedagógica crítica e reflexiva, revela seu potencial transformador na formação da cidadania. Muito além da execução de movimentos corporais, essa disciplina pode e deve atuar na construção de valores sociais, éticos e democráticos, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos conscientes, participativos e comprometidos com o bem comum.

Nas aulas de Educação Física, os estudantes vivenciam situações que envolvem cooperação, respeito às regras, solidariedade, resolução de conflitos e tomada de decisões coletivas. Essas experiências são fundamentais para o exercício da cidadania, pois ensinam, na prática, como conviver em sociedade de forma justa e respeitosa. Segundo Coletivo de Autores (1992), a Educação Física deve possibilitar a compreensão crítica das práticas corporais e sua inserção nos contextos sociais em que estão inseridas, promovendo “a apropriação cultural do corpo em suas diversas manifestações e significados sociais” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 30).

Ao propor jogos cooperativos, dinâmicas de grupo, esportes adaptados e debates sobre o corpo na sociedade, o professor de Educação Física estimula nos alunos a reflexão sobre temas como preconceito, inclusão, violência, competitividade excessiva e desigualdades sociais. Essas discussões ajudam a ampliar a visão dos estudantes sobre o mundo e despertam o senso de responsabilidade com o outro.

Além disso, a Educação Física pode contribuir para a valorização da diversidade cultural, ao incorporar em seu currículo práticas corporais oriundas de diferentes contextos sociais, étnicos e históricos. Brincadeiras populares, danças afro-brasileiras, jogos indígenas, capoeira e outras manifestações tradicionais são exemplos de conteúdos que, quando trabalhados com intencionalidade pedagógica, reforçam o respeito às identidades e às raízes culturais dos alunos. De acordo com Molina Neto e Triviños (2007), “a Educação Física escolar precisa reconhecer e valorizar a pluralidade das expressões corporais como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade” (MOLINA NETO; TRIVIÑOS, 2007, p. 62).

Outro aspecto relevante é a possibilidade de articulação entre a Educação Física e os projetos político-pedagógicos das escolas, em ações voltadas à promoção da saúde, dos direitos humanos, da equidade de gênero e do combate ao racismo. Por meio de campanhas, eventos e ações interdisciplinares, a disciplina pode assumir um papel de protagonismo na construção de uma escola cidadã.

Cabe destacar que, para alcançar tais objetivos, é necessário que o professor atue de forma planejada, com base em princípios ético-pedagógicos e comprometido com a transformação social. Como apontam Darido e Rangel (2005), a prática docente na Educação Física deve ser orientada por um projeto educativo que respeite a diversidade dos alunos e promova a formação de sujeitos críticos e atuantes.

Portanto, a Educação Física, quando compreendida como prática social e educativa, tem um papel crucial na formação da cidadania. Ao ensinar com o corpo e pelo corpo, a disciplina contribui para o desenvolvimento de uma consciência ética e coletiva, capaz de transformar a realidade escolar e social em que os estudantes estão inseridos.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS

Apesar da reconhecida importância da Educação Física para o desenvolvimento integral dos estudantes, essa área ainda enfrenta diversos desafios no contexto escolar. Tais dificuldades vão desde questões estruturais e materiais até a desvalorização profissional e a percepção equivocada sobre os objetivos da disciplina. Esses obstáculos limitam o potencial pedagógico da Educação Física e dificultam sua consolidação como um componente curricular essencial.

Um dos principais problemas enfrentados é a falta de infraestrutura adequada nas escolas públicas. Muitas instituições de ensino não possuem quadras cobertas, materiais esportivos em bom estado ou espaços apropriados para atividades diversificadas.

Segundo Darido e Rangel (2005),

“A precariedade das condições materiais compromete a qualidade das aulas e a motivação dos alunos, além de restringir as possibilidades pedagógicas do professor” (DARIDO; RANGEL, 2005, p. 63).

A ausência de recursos básicos faz com que o ensino da Educação Física se limite, muitas vezes, a atividades improvisadas ou repetitivas.

Outro desafio recorrente é a valorização do profissional de Educação Física. Em muitos contextos escolares, os professores dessa área enfrentam baixos salários, jornadas extensas, falta de reconhecimento e de oportunidades de formação continuada. Betti (1991) argumenta que “a

Educação Física ainda é percebida por alguns gestores e colegas de profissão como uma atividade secundária, voltada apenas à recreação e ao lazer, o que contribui para o desestímulo dos profissionais” (BETTI, 1991, p. 24). Esse tipo de visão reduz a complexidade do trabalho pedagógico desenvolvido pela disciplina.

Além disso, há uma percepção social equivocada sobre os objetivos da Educação Física, tanto por parte de pais quanto de alguns educadores. Muitos ainda compreendem a disciplina como mero “tempo livre” ou “intervalo disfarçado”, ignorando seu potencial educativo e formador. Como afirmam Betti e Zuliani (2002), “enquanto persistirem visões reducionistas sobre a Educação Física, será difícil consolidá-la como uma área de conhecimento legítima e necessária no currículo escolar” (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 41).

Outro desafio importante está relacionado à redução da carga horária da disciplina. Em algumas redes de ensino, as aulas de Educação Física são oferecidas apenas uma vez por semana, o que é insuficiente para alcançar os objetivos propostos pela BNCC. Essa limitação impede o aprofundamento das práticas corporais, o trabalho contínuo com valores éticos e a construção de uma consciência corporal mais crítica e reflexiva (BRASIL, 2018).

Também é preciso considerar o desafio da inclusão de alunos com deficiência, que muitas vezes é dificultada pela falta de preparo dos professores e pela ausência de políticas institucionais de apoio. Embora haja avanços, ainda é comum que esses alunos sejam excluídos das aulas ou não recebam as adaptações necessárias para sua participação plena (SILVA, 2009).

Diante desses desafios, é urgente a adoção de políticas públicas que fortaleçam a Educação Física nas escolas, garantindo melhores condições de trabalho, formação continuada para os docentes, reconhecimento social e estrutura adequada para as práticas pedagógicas. Só assim será possível assegurar uma Educação Física inclusiva, crítica e verdadeiramente transformadora.

PROPOSTAS PARA FORTALECER A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Diante dos diversos desafios enfrentados pela Educação Física no ambiente escolar, torna-se necessário pensar em estratégias e propostas concretas para fortalecer essa disciplina enquanto parte fundamental do processo educativo. A superação de obstáculos como a falta de infraestrutura, o desprestígio profissional e as concepções reducionistas exige ações articuladas entre gestores públicos, educadores, instituições formadoras e a própria comunidade escolar.

Uma das primeiras medidas fundamentais é o investimento em infraestrutura e materiais adequados. Para que a Educação Física possa atingir seus objetivos pedagógicos, é imprescindível que as escolas contem com espaços apropriados para a prática corporal, como quadras cobertas,

salas multiuso e equipamentos esportivos em boas condições. De acordo com Nahas (2010), “a ausência de estrutura compromete não apenas a segurança, mas também a qualidade das atividades desenvolvidas, restringindo a criatividade e a diversidade de conteúdos” (NAHAS, 2010, p. 114).

Outro ponto essencial é a valorização e formação continuada dos professores de Educação Física. A oferta de cursos, seminários e grupos de estudo voltados para as novas abordagens pedagógicas é indispensável para que o docente possa aprimorar sua prática e atuar com sensibilidade frente à diversidade presente nas salas de aula. Como afirmam Darido e Rangel (2005), “a formação continuada é um dos pilares para que o professor se aproprie de conhecimentos atualizados, reflexivos e comprometidos com uma educação transformadora” (DARIDO; RANGEL, 2005, p. 88).

Também é necessário promover uma mudança cultural dentro e fora da escola, com ações que conscientizem gestores, professores de outras áreas, estudantes e familiares sobre a importância da Educação Física. Isso pode ser feito por meio de projetos interdisciplinares, eventos escolares, mostras culturais e feiras de saúde, que evidenciem o papel formativo da disciplina. Segundo Betti e Zuliani (2002), “é preciso romper com o senso comum que ainda reduz a Educação Física à atividade lúdica desprovida de intencionalidade pedagógica” (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 45)

A inclusão efetiva de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social, também deve estar entre as prioridades. Para isso, recomenda-se a elaboração de planos de aula com estratégias adaptadas, apoio de profissionais especializados e formação docente voltada à educação inclusiva. Como aponta Silva (2009), “a inclusão exige mais do que boa vontade: requer planejamento, recursos e compromisso institucional com a equidade” (SILVA, 2009, p. 119).

Por fim, é fundamental que a Educação Física esteja alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adotando metodologias que contemplem a diversidade das práticas corporais e o desenvolvimento de competências socioemocionais. A BNCC destaca que as práticas corporais devem ser abordadas de forma crítica, problematizando os contextos em que estão inseridas e promovendo o protagonismo dos estudantes (BRASIL, 2018)

Assim, fortalecer a Educação Física nas escolas passa por um conjunto de ações integradas que envolvem políticas públicas, formação docente, valorização profissional, investimentos estruturais e reconhecimento da importância da cultura corporal como saber escolar. Somente dessa forma será possível consolidar a disciplina como um espaço educativo relevante, inclusivo e

transformador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física escolar é um componente curricular indispensável para a formação integral dos estudantes, atuando não apenas no desenvolvimento motor, mas também nas dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais. Ao longo deste artigo, foi possível compreender que suas práticas ultrapassam a ideia tradicional de simples movimentação corporal, promovendo experiências educativas significativas que contribuem para a construção da cidadania, da autonomia e do respeito à diversidade.

Ficou evidente que a Educação Física desempenha papel relevante na promoção da saúde, no estímulo à convivência democrática e na valorização das múltiplas expressões corporais presentes na sociedade. Além disso, mostra-se como ferramenta potente para a inclusão social, possibilitando a participação efetiva de todos os alunos, independentemente de suas limitações ou diferenças.

Contudo, a disciplina ainda enfrenta desafios importantes, como a falta de infraestrutura adequada, a desvalorização profissional, a escassez de tempo curricular e a resistência a uma abordagem pedagógica mais crítica e inclusiva. Tais obstáculos requerem o compromisso conjunto de gestores, professores, políticas públicas e comunidade escolar.

Portanto, é urgente que a Educação Física seja tratada com a seriedade e o reconhecimento que merece. Investir em sua valorização é investir na formação de sujeitos mais saudáveis, conscientes, solidários e preparados para atuar de forma ética e transformadora na sociedade. Somente por meio de uma prática educativa comprometida com a inclusão, a diversidade e o desenvolvimento humano será possível construir uma escola verdadeiramente democrática e formadora.

REFERÊNCIAS

- BETTI, Mauro. Educação Física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.
- BETTI, Mauro; ZULIANI, Lino Castellani Filho. Educação Física e educação escolar: compromisso com a cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRACHT, Valter. A Educação Física e a pedagogia crítico-superadora. In: BETTI, Mauro; ZULIANI, Lino Castellani Filho (Org.). Educação Física e educação escolar: compromisso com a cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina. A Educação Física na escola e as possibilidades de uma prática pedagógica transformadora. In: DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade (Org.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joyce Silveira. Atividade física, aptidão física e saúde em escolares. Londrina: Midiograf, 1997.

MOLINA NETO, Vicente. Educação Física escolar: entre a negação e a afirmação. Ijuí: Unijuí, 2012.

NAHAS, Markus Vinícius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6. ed. Londrina: Midiograf, 2010.

SILVA, Ana Cláudia. Educação Física e inclusão: práticas pedagógicas para todos. Campinas: Autores Associados, 2009.

SOARES, Carmen Lúcia et al. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

TANI, Go; MANOEL, Edson de Abreu; KOKUBUN, Eduardo; PROENÇA, Jorge Ernesto. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.

ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: MARCOS LEGAIS, DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Autor(a): Gisele Evaristo

RESUMO

O presente artigo analisa os fundamentos teóricos, metodológicos e jurídicos que sustentam o atendimento socioeducativo no Brasil. Diante da consolidação do paradigma da proteção integral instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a socio educação distanciou-se do antigo modelo menorista-tutelar para configurar-se como uma política pública de responsabilização e emancipação juvenil. O estudo investiga as diretrizes da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), enfatizando os princípios da incompletude institucional, da intersetorialidade e da centralidade da família. Examina-se o Plano Individual de Atendimento (PIA) como a ferramenta metodológica central para a individualização da medida. Por fim, o trabalho discute os desafios estruturais e ideológicos que tensionam a execução das medidas, tais como a seletividade penal, a precarização das unidades de internação e a necessidade premente de superação da lógica puramente punitiva em favor de práticas eminentemente pedagógicas e restaurativas.

Palavras-chave: atendimento socioeducativo; SINASE; estatuto da criança e do adolescente; direitos humanos; proteção integral.

INTRODUÇÃO

O atendimento socioeducativo no Brasil representa um dos campos mais complexos e debatidos das políticas públicas voltadas à infância e à juventude. Longe de se reduzir a um mero aparato de contenção mecânica ou punição retributiva de adolescentes em conflito com a lei, a socio educação fundamenta-se em um duplo caráter normativo: a responsabilização jurídica do jovem e a garantia de sua formação humana e cidadã. Este paradigma emerge como resposta a um longo percurso histórico de exclusão, criminalização da pobreza e institucionalização higienista que marcou o tratamento dado aos chamados "menores" ao longo do século XX.

A transição do modelo tutelar — regido pelos antigos Códigos de Menores de 1927 e 1979

— para o modelo da proteção integral estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 exigiu uma reformulação radical nas estruturas estatais, jurídicas e pedagógicas. O adolescente deixou de ser visto como um objeto de intervenção arbitrária do Estado para ser reconhecido como um sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Consequentemente, o ato infracional passou a demandar uma resposta estatal proporcional, pautada na legalidade e, fundamentalmente, orientada por um projeto político-pedagógico emancipatório.

A promulgação da Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), conferiu densidade operacional a esse mandato constitucional. O SINASE organizou o atendimento em rede, integrando esferas federais, estaduais e municipais, e fixou parâmetros arquitetônicos, funcionais e metodológicos para a execução das medidas socioeducativas, sejam elas de meio aberto ou de privação de liberdade.

Diante desse cenário, este artigo propõe-se a mapear e discutir os fundamentos que sustentam o atendimento socioeducativo contemporâneo. Justifica-se a relevância deste estudo pela necessidade de compreender as lacunas entre a sofisticação do texto legal e as contradições práticas do cotidiano institucional. Para tanto, estrutura-se a análise a partir dos eixos histórico-normativos, pedagógicos e estruturais, culminando na reflexão sobre os horizontes e desafios para a consolidação de uma socio educação humanizadora no Brasil.

Percurso Histórico: Da Doutrina da Situação Irregular à Proteção Integral

O Modelo Menorista-Tutelar e a Criminalização da Pobreza

Para compreender os fundamentos atuais da socio educação, é imperativo analisar a herança histórica que moldou as instituições de controle social no Brasil. Durante a maior parte do século XX, o Estado brasileiro operou sob a égide da **Doutrina da Situação Irregular**. Sob essa ótica, a infância e a juventude eram divididas em duas categorias nitidamente segregadas por critérios socioeconômicos: as "crianças", pertencentes às classes médias e abastadas, protegidas pelo núcleo familiar; e os "menores", termo carregado de estigma utilizado para designar os filhos das classes populares, os abandonados, os vagabundos e os infratores.

O Código de Menores de 1927 (Código Mello Mattos) e, posteriormente, o Código de Menores de 1979 institucionalizaram a intervenção arbitrária do juiz de menores. O magistrado detinha um poder quase ilimitado sobre a vida do jovem considerado em "situação irregular" — conceito vago que misturava a carência material com a prática de delitos. A resposta padrão do Estado para a vulnerabilidade social era o recolhimento em instituições de caráter asilar e

disciplinar, cujo ápice se deu com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e suas correlatas estaduais (FEBEMs) durante o regime militar.

Essas instituições funcionavam sob uma lógica de controle total, vigilância e pedagogia corretiva de cunho fabril ou militarizado. O objetivo central não era a inserção social ou o desenvolvimento da autonomia, mas sim o isolamento dos indivíduos considerados indesejáveis ou perigosos, anulando sua individualidade e violando sistematicamente seus direitos fundamentais sob o pretexto de "salvá-los" ou "regenerá-los".

A Virada Paradigmática de 1988 e o ECA

A redemocratização do país e a intensa mobilização dos movimentos sociais em defesa dos direitos da infância culminaram no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Este dispositivo fixou, com prioridade absoluta, o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Aprovado em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) materializou a Doutrina da Proteção Integral. A partir do ECA, extinguiu-se juridicamente a categoria "menor". Todo indivíduo entre 0 e 18 anos incompletos passou a ser considerado sujeito de direitos e alvo de proteção prioritária. No âmbito do ato infracional (conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por adolescente), estabeleceu-se um sistema de garantias processuais análogo ao do direito penal de adultos, porém mitigado pela condição do jovem como pessoa em desenvolvimento.

O ECA introduziu o conceito de medidas socioeducativas, cindindo definitivamente a intervenção protetiva (voltada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos) da intervenção socioeducativa (aplicada a adolescentes que cometeram atos infracionais). Superou-se, ao menos no plano normativo, a nefasta prática de internar um jovem pelo simples fato de ele ser pobre ou não frequentar a escola.

O Marco Legal do SINASE (Lei nº 12.594/2012)

Apesar dos avanços do ECA, a execução das medidas socioeducativas carecia de uma regulamentação nacional que padronizasse os procedimentos, as estruturas físicas das unidades e as competências dos entes federados. As antigas FEBEMs mudaram de nome (tornando-se Fundações CASA, DEGASE, FUNDAC, entre outras), mas muitas mantiveram práticas repressivas,

superlotação e rebeliões crônicas durante as décadas de 1990 e 2000.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nasceu formalmente por meio da Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e foi transformado em lei ordinária pela Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. O SINASE define-se como o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução das medidas socioeducativas, integrando-se aos sistemas de saúde, educação, assistência social e segurança pública.

Os objetivos precípuos do atendimento socioeducativo, conforme o artigo 1º, § 2º da referida lei, são:

1. A responsabilização do adolescente quanto aos efeitos jurídicos e sociais do ato infracional;
2. A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;
3. A desaprovação da conduta infracional, constituindo parâmetro objetivo de legalidade do cumprimento da medida.

Competências Federativas e Financiamento

O SINASE desenhou um arranjo institucional descentralizado, distribuindo as responsabilidades de forma clara entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios:

- **União:** Compete formular as diretrizes nacionais, prestar assistência técnica e cofinanciamento aos demais entes, além de manter o sistema nacional de avaliação e monitoramento.
- **Estados:** São os responsáveis precípuos pela gestão e execução das medidas que envolvem restrição ou privação de liberdade, quais sejam: a Semiliberdade e a Internação.
- **Municípios:** Ficam encarregados do desenho, financiamento e execução das medidas socioeducativas em meio aberto: a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida (LA).

Essa descentralização buscou fortalecer o meio aberto, aproximando o adolescente de sua comunidade local e evitando o desenraizamento social que as medidas de internação (geralmente centralizadas nas capitais ou grandes polos regionais) provocavam historicamente.

Princípios Político-Pedagógicos da Socioeducação

O fazer socioeducativo exige a articulação permanente entre o Direito e a Pedagogia. A dimensão pedagógica deve necessariamente sobrepor-se à dimensão estritamente punitiva, sob pena de a medida transmutar-se em mera antecipação da pena de prisão. Para guiar essa práxis, o SINASE e a doutrina especializada consolidaram princípios norteadores essenciais.

Incompletude Institucional

O princípio da incompletude institucional estabelece que as unidades socioeducativas — especialmente as de internação e semiliberdade — não devem se constituir como espaços autossuficientes ou mundos isolados. O adolescente em cumprimento de medida deve utilizar a rede pública externa de serviços sempre que possível.

A escola, o atendimento médico, os cursos de qualificação profissional, as atividades culturais e o lazer devem ser acessados nos equipamentos comunitários do município. Caso o jovem esteja em regime de internação estrita e precise estudar dentro da unidade por razões de segurança, a escola ali instalada não deve ser "da socio educação", mas sim uma extensão da rede pública estadual de ensino, com professores vinculados à Secretaria de Educação, garantindo um currículo idêntico e diplomas sem qualquer menção ao confinamento. Esse princípio visa combater a estigmatização crônica e preparar o jovem para o convívio social real.

Intersetorialidade

A socio educação não se realiza de forma isolada. O ato infracional é multifatorial, associado a vulnerabilidades econômicas, evasão escolar, ausência de espaços de lazer, exposição à violência urbana e uso abusivo de substâncias psicoativas. Portanto, a resposta estatal deve ser intersetorial.

A articulação intersetorial exige que o gestor da socio educação dialogue constantemente com os demais operadores de políticas públicas, integrando o fluxo de atendimento para que o adolescente seja assistido em todas as suas dimensões humanas.

Centralidade da Família

Qualquer intervenção socioeducativa que ignore o núcleo familiar do adolescente está fadada ao insucesso. A família não deve ser vista pelas equipes técnicas como cúmplice do ato infracional ou como um espaço de pura disfuncionalidade, mas sim como parceira fundamental no processo de responsabilização e reconstrução de trajetórias de vida.

O atendimento socioeducativo deve incluir ações de acolhimento, orientação e inserção dos

pais ou responsáveis na rede de proteção social (CRAS, CREAS). As visitas semanais, a participação nas assembleias das unidades e o diálogo regular com assistentes sociais e psicólogos são fundamentais para fortalecer os vínculos afetivos, preparando o ambiente doméstico para o retorno definitivo do jovem após o término da medida.

Respeito à Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento

Este princípio impõe limites éticos e técnicos rígidos à atuação dos operadores do sistema. O adolescente possui plasticidade psíquica, cognitiva e social; sua personalidade e sua visão de mundo não estão plenamente consolidadas. Logo, o erro, o desvio e até mesmo a agressividade manifestada no ato infracional devem ser compreendidos dentro dessa etapa de transição biológica e social.

Disso decorre a proibição absoluta de qualquer tratamento cruel, desumano, degradante ou de castigos corporais dentro das unidades. A disciplina deve ser mantida por meio de regras claras, pactuações coletivas e práticas restaurativas, rechaçando a lógica do isolamento em celas escuras (as chamadas "trancas") ou o uso desproporcional da força por agentes socioeducativos.

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a Articulação em Rede

A socio educação opera inserida no **Sistema de Garantia de Direitos (SGD)**, uma engenharia institucional complexa instituída para operacionalizar os preceitos do ECA. O SGD organiza-se em três eixos dinâmicos e interdependentes:

1. **Eixo de Promoção de Direitos:** Composto pelas políticas sociais básicas, serviços assistenciais, escolas e instâncias que materializam os direitos fundamentais do público infantojuvenil.
2. **Eixo de Defesa de Direitos:** Instâncias do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia e conselhos tutelares, encarregados de zelar pelo cumprimento da lei e acionar os mecanismos de responsabilização face a violações.
3. **Eixo de Controle Social:** Instâncias deliberativas e paritárias (compostas por governo e sociedade civil), como os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (municipais, estaduais e nacional), que formulam, fiscalizam e gerem os fundos destinados às políticas de infância.

No fluxo do atendimento socioeducativo, o SGD manifesta-se desde o momento da apreensão em flagrante do adolescente pela autoridade policial. A legalidade da apreensão deve ser imediatamente aferida pelo Ministério Público e pelo Juiz da Infância e da Juventude,

assegurando-se a presença de defensor técnico (público ou dativo) e a oitiva dos pais. A rede de proteção (Conselho Tutelar e CREAS) deve ser imediatamente informada para mapear a situação de vulnerabilidade que circunda o jovem e sua família.

Medidas Socioeducativas em Espécie

O artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê seis modalidades de medidas socioeducativas, ordenadas de acordo com a gravidade da conduta e o grau de restrição da liberdade do adolescente. Elas dividem-se doutrinariamente entre medidas de meio aberto e medidas restritivas/privativas de liberdade.

Medidas de Meio Aberto

Advertência

Consiste em uma admoestação verbal, reduzida a termo e assinada pelo juiz, pelo adolescente e por seus pais. É aplicada geralmente em atos infracionais de menor potencial ofensivo (como pequenos furtos ou desacatos), quando o jovem possui histórico favorável, inserção escolar e rede familiar estruturada. Funciona como um alerta formal do Estado sobre as consequências do ato ilegal.

Obrigação de Reparar o Dano

Aplicável nos atos infracionais com reflexos patrimoniais (danos ao patrimônio, furtos, roubos). O adolescente pode ser determinado a restituir a coisa, promover a compensação do prejuízo ou, de outra forma, ressarcir a vítima. Embora juridicamente relevante, sua aplicação enfrenta limites práticos devido à frequente hipossuficiência econômica do jovem e de sua família, demandando substituições criativas por tarefas comunitárias equivalentes.

Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Trata-se da realização de tarefas gratuitas de interesse geral, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos ou programas governamentais. A jornada máxima não pode exceder 8 horas semanais, distribuídas aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, desde que não prejudique a frequência escolar ou a jornada de trabalho regular. A duração máxima é de 6 meses. A PSC possui forte caráter pedagógico ao reinserir o jovem sob uma ótica de utilidade pública e responsabilidade comunitária.

Liberdade Assistida (LA)

É considerada a medida de meio aberto por excelência. Tem prazo mínimo fixado em 6 meses, podendo ser prorrogada ou revogada a qualquer tempo mediante avaliação técnica. Consiste no acompanhamento sistemático do adolescente por um orientador social (geralmente lotado no CREAS do município).

O orientador tem a missão de apoiar o jovem, acompanhar seu desempenho escolar, inseri-lo no mercado de trabalho profissionalizante, zelar por sua saúde e construir, junto a ele, alternativas de vida fora do circuito infracional. A eficácia da LA reside na capacidade do município de oferecer uma rede de suporte real e técnicos com carga de trabalho adequada para realizar um acompanhamento humanizado e frequente.

Medidas Restritivas e Privativas de Liberdade

Semiliberdade

Pode ser determinada desde o início da sentença ou funcionar como uma forma de transição (progressão) da internação para o meio aberto. O adolescente fica vinculado a uma unidade de semiliberdade, onde realiza as refeições e pernoita. Durante o dia, contudo, tem a obrigação de frequentar a escola regular e cursos profissionalizantes, além de trabalhar na comunidade sem a necessidade de escolta. O convívio familiar é incentivado por meio de saídas autorizadas nos finais de semana.

Internação

É a medida de privação total da liberdade, sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Dada a severidade da restrição, o ECA limita taxativamente sua aplicação a três hipóteses estritas (Art. 122):

1. Tratando-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa (ex: roubo, homicídio, estupro);
2. Por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
3. Por descumprimento injustificado de medida anteriormente imposta (internação-sanção, cujo prazo máximo é improrrogável de 3 meses).

A internação não possui prazo fixado em sentença. Sua manutenção é reavaliada pelo juiz, obrigatoriamente, a cada 6 meses, mediante relatórios circunstanciados elaborados pela equipe interdisciplinar da unidade. O período máximo de permanência contínua é de 3 anos; atingido esse

teto, o adolescente deve ser compulsoriamente liberado ou progredido para o meio aberto ou semiliberdade. Ao completar 21 anos de idade, ocorre a liberação compulsória do jovem, extinguindo-se a jurisdição menorista, independentemente do tempo de cumprimento ou do ato praticado.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) configura-se como a principal ferramenta metodológica e de planejamento do atendimento socioeducativo, instituída pelos artigos 52 a 59 da Lei do SINASE. O PIA supera a antiga lógica de tratamento padronizado e massificado, exigindo que o Estado olhe para a singularidade de cada adolescente.

Elaboração e Prazos

O PIA deve ser elaborado pela equipe técnica interdisciplinar da unidade socioeducativa (composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos) no prazo máximo de 45 dias após o ingresso do adolescente na medida. Sua construção não pode ser um ato unilateral dos técnicos; requer a participação obrigatória do próprio adolescente e a anuência de sua família.

Conteúdo Estrutural do PIA

O documento deve registrar um diagnóstico multidimensional da vida do jovem e traçar metas concretas para o período de cumprimento da medida, abrangendo:

- **Resultados da avaliação interdisciplinar:** Saúde física, mental, histórico escolar e psicossocial.
- **Objetivos de curto e médio prazo:** Retorno à escola, conclusão de séries, tratamento de saúde ou dependência química, inserção em oficinas culturais.
- **Atividades de profissionalização:** Cursos específicos alinhados com o interesse do jovem e as demandas do mercado de trabalho local.
- **Metas de integração familiar e comunitária:** Restabelecimento de vínculos rompidos, inserção da família em benefícios assistenciais.
- **Previsão da data de término ou progressão:** Projeções de avaliação para subsidiar a decisão do Poder Judiciário.

O PIA é homologado pelo juiz da execução e serve como roteiro obrigatório para os técnicos da unidade e para o próprio magistrado durante as audiências de reavaliação da medida. Se o adolescente cumpre as metas pactuadas no PIA, demonstra evolução pedagógica e consolida novos projetos de vida, a medida deve ser extinta ou progredida, materializando o princípio da brevidade.

Desafios Contemporâneos e Contradições Estruturais

Apesar do arcabouço normativo do SINASE ser considerado um dos mais avançados do mundo em termos de proteção de direitos na justiça juvenil, a realidade fática do sistema socioeducativo brasileiro enfrenta crises estruturais severas. O abismo entre a lei e a prática é alimentado por tensões políticas, ideológicas e orçamentárias.

A Cultura da Retribuição Penal e o Discurso Populista

A socio educação opera sob constante ataque de setores da sociedade civil e de atores políticos que defendem o endurecimento penal como solução mágica para a violência urbana. Discursos em prol da redução da maioridade penal para 16 anos ou do aumento do tempo máximo de internação tensionam o cotidiano das unidades.

Essa mentalidade punitivista penetra, muitas vezes, nas próprias equipes de atendimento. Agentes de segurança socioeducativa, sem formação adequada, tendem a mimetizar os procedimentos do sistema prisional adulto (uso de algemas sem necessidade, revistas vexatórias de familiares, punições coletivas e linguagem hostil), esvaziando o sentido pedagógico da medida e gerando ambientes de alta tensão que culminam em rebeliões e violência interna.

Seletividade Penal e Racismo Estrutural

O perfil sociodemográfico dos adolescentes internados no sistema socioeducativo revela que a engrenagem estatal opera de forma altamente seletiva. Estudos estatísticos apontam de forma inequívoca que a imensa maioria dos jovens privados de liberdade no Brasil são negros (pretos e pardos), periféricos, oriundos de famílias de baixa renda e com severa defasagem idade-série escolar.

A seletividade penal penaliza com internação jovens negros flagrados em atos ligados ao varejo do tráfico de drogas em bairros pobres, enquanto adolescentes de classe média alta que cometem atos análogos recebem, não raro, o benefício da remissão, da advertência ou de medidas em meio aberto. O racismo estrutural manifesta-se na naturalização da suspeição do corpo jovem negro e na maior facilidade com que o sistema aplica a privação de liberdade a esse grupo.

Infraestrutura Precária e Insuficiência de Recursos

Muitas unidades de internação no território nacional descumprem os parâmetros arquitetônicos fixados pelo SINASE. Em vez de módulos de alojamento humanizados, com

ventilação, iluminação natural e espaços amplos para convivência e oficinas, encontram-se estruturas físicas deterioradas, semelhantes a presídios antigos.

A superlotação, embora mitigada nos últimos anos por decisões históricas do Supremo Tribunal Federal (como o Habeas Corpus coletivo nº 143.982), ainda assombra complexos socioeducativos de grandes metrópoles. A ausência de equipes interdisciplinares completas nos municípios inviabiliza a consolidação das medidas em meio aberto (LA e PSC), gerando um fluxo excessivo de pedidos de internação por falta de alternativas locais viáveis.

Saúde Mental e Uso de Substâncias Psicoativas

O avanço das facções criminosas e a facilidade de acesso a armas de fogo reconfiguraram o perfil dos atos infracionais, expondo os adolescentes a altos níveis de estresse pós-traumático e sofrimento psíquico. É frequente a entrada no sistema de jovens com severa dependência química (especialmente de crack, álcool e drogas sintéticas) e transtornos mentais não diagnosticados ou negligenciados pela rede de saúde mental externa.

As unidades socioeducativas raramente contam com suporte psiquiátrico e psicológico contínuo estruturado sob a lógica da Redução de Danos e da Reforma Psiquiátrica. A resposta institucional, recorrentemente, descamba para a medicalização excessiva (a chamada "camisa de força química"), amortecendo os jovens em vez de tratar terapêuticamente as causas do sofrimento e da impulsividade.

Horizontes de Superação: Práticas Restaurativas e Justiça Juvenil

Diante dos impasses do modelo tradicional, despontam experiências inovadoras que buscam resgatar a essência transformadora da socio educação. O caminho mais promissor aponta para a incorporação da Justiça Restaurativa no atendimento socioeducativo.

A Justiça Restaurativa propõe a mudança do foco: em vez de perguntar "qual lei foi violada e qual punição deve ser aplicada?", indaga-se "quem sofreu o dano, quais são as necessidades surgidas e de quem é a responsabilidade por reparar esse dano?". Por meio de círculos de construção de paz e mediação de conflitos, o adolescente é colocado frente a frente com o impacto real de suas ações, desenvolvendo empatia autêntica e assumindo compromissos voluntários de reparação.

Além disso, a consolidação da socio educação exige:

1. **Concursos públicos periódicos** e formação continuada para todos os trabalhadores do sistema, superando a terceirização precária da mão de obra;

2. **Fortalecimento orçamentário dos municípios** via repasses automáticos do fundo nacional, oxigenando os serviços de meio aberto (CREAS);

3. **Expansão da rede de egressos**, garantindo que o jovem, ao sair da internação, receba auxílio financeiro temporário, moradia social, inserção universitária ou profissional para que não seja compelido a retornar às redes infracionais por absoluta falta de meios de subsistência.

CONCLUSÃO

Os fundamentos do atendimento socioeducativo no Brasil expressam um avanço civilizatório inquestionável no plano teórico e legislativo. A substituição do arbítrio menorista pelo primado da proteção integral, consolidada pela Constituição Federal, pelo ECA e detalhada pela Lei do SINASE, dotou o país de ferramentas robustas para processar o ato infracional juvenil sob o manto dos Direitos Humanos.

Contudo, a trajetória examinada demonstra que o sistema socioeducativo vive em permanente estado de disputa. De um lado, pulsa o mandamento legal pedagógico, intersetorial e inclusivo, materializado no cotidiano de técnicos obstinados e no desenho técnico do Plano Individual de Atendimento. De outro, opera a inércia punitiva do Estado, o racismo estrutural, a precariedade das estruturas e a pressão social por vingança pública em detrimento da reintegração.

Para que a socio educação cumpra efetivamente seu papel de responsabilização e emancipação, faz-se urgente superar o isolamento institucional e encarar o atendimento socioeducativo não como um apêndice da segurança pública, mas como uma política pública social complexa e estratégica. Somente através do investimento massivo nas medidas de meio aberto, na qualificação profissional dos servidores, na centralidade da parceria familiar e na corajosa desconstrução das práticas manicomiais e prisionais internas será possível garantir aos adolescentes em conflito com a lei o direito a um futuro digno e a uma cidadania plena e compartilhada.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. de F. Q. **O Adolescente em Conflito com a Lei e as Medidas Socioeducativas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2018.

ARANHA, A. A. M. **O SINASE e a Execução das Medidas Socioeducativas: Desafios**

Pedagógicos e Políticos. São Paulo: Cortez, 2015.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

COSTA, A. C. G. da. **Natureza e Essência da Socioeducação.** Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2006.

FALEIROS, V. de P. **Infância e adolescência: tempos de direitos.** São Paulo: Cortez, 2011.

FRANCESCHINI, S. A. **Medidas Socioeducativas: Comentários à Lei do SINASE.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2014.

LIBERATI, W. D. **Adolescente e Ato Infracional: Medidas Socioeducativas no SINASE.** 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

PASSETTI, E. **Parábolas da Sociedade de Controle: Das FEBEMs às Fundações.** São Paulo: Imaginário, 2012.

RODRIGUES, M. J. **Socioeducação e Direitos Humanos: Práticas Restaurativas na Justiça Juvenil.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.

SARAIVA, J. B. C. **Compêndio de Direito Infanto-Juvenil.** 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.

SILVA, R. da. **Os Filhos do Estado: A Escola de Criminalidade nas Instituições de Contenção de Menores.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CONCEITUAR PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO E COMO CIÊNCIA

Autor (a): Gisele Evaristo

RESUMO

O presente artigo analisa a dupla natureza da psicologia, configurada simultaneamente como ciência acadêmica e profissão regulamentada. Historicamente originada na filosofia e consolidada nos laboratórios do século XIX, a psicologia científica evoluiu por meio de matrizes teóricas diversas, como o behaviorismo, a psicanálise, a fenomenologia e as neurociências. Como ciência, pauta-se pelo rigor metodológico, pela produção de evidências e pela investigação dos processos mentais, afetivos e comportamentais. Como profissão, traduz esse arcabouço epistemológico em práticas de intervenção social, clínica, escolar, organizacional e hospitalar, promovendo a saúde mental e os direitos humanos. No cenário brasileiro, essa trajetória é marcada pela regulamentação da profissão pela Lei nº 4.119/1962 e pela atuação do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP/CRP). O estudo conclui que o fortalecimento da psicologia depende do diálogo indissociável entre a pesquisa científica e a prática ética profissional, respondendo às demandas contemporâneas de uma sociedade em constante transformação.

Palavras-chave: psicologia científica; prática profissional; epistemologia.

INTRODUÇÃO

A psicologia contemporânea ocupa um lugar singular no panorama do conhecimento humano. Ela se apresenta ao mesmo tempo como um campo de investigação científica rigoroso e como uma prática profissional amplamente disseminada e diversificada. Compreender a psicologia exige desvelar essa dupla identidade, que não se traduz em uma divisão ou fragmentação, mas sim em uma relação de mútua alimentação. A ciência fornece o substrato teórico, os métodos de investigação e a validação empírica necessários para que a atuação prática não seja guiada pelo senso comum ou por dogmatismos. Por outro lado, a prática profissional atua como um laboratório social vivo, trazendo novos fenômenos, desafios e questionamentos que impulsionam o avanço da pesquisa científica.

Historicamente, a transição da psicologia de uma ramificação filosófica para uma disciplina

científica autônoma envolveu profundas disputas epistemológicas. No século XIX, o estabelecimento do primeiro laboratório de psicologia experimental por Wilhelm Wundt, em Leipzig, marcou formalmente o nascimento da psicologia como ciência. A partir desse marco, o campo não se desenvolveu de forma linear ou unificada, mas fragmentou-se em diferentes sistemas e escolas de pensamento, cada uma definindo seu próprio objeto de estudo — a consciência, o comportamento observável, o inconsciente, a subjetividade — e seus respectivos métodos.

No Brasil, o percurso da psicologia confunde-se com a própria consolidação das instituições de ensino superior e com o processo de modernização do país. A regulamentação da profissão em 1962 formalizou a inserção do psicólogo no mercado de trabalho nacional, inicialmente muito focado no modelo clínico tradicional e individual. Contudo, ao longo das décadas, impulsionada pelas transformações políticas e sociais do país, a psicologia brasileira expandiu suas fronteiras para as políticas públicas, a saúde coletiva, a assistência social, a educação e as organizações, desenhando um perfil profissional comprometido com a realidade social e com a promoção dos direitos humanos.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre o duplo estatuto da psicologia. Inicialmente, examina-se a psicologia como ciência, discutindo seus fundamentos epistemológicos, a diversidade de suas matrizes teóricas e os desafios metodológicos da pesquisa psicológica. Em seguida, conceitua-se a psicologia como profissão, mapeando seus principais campos de atuação, o papel regulador do Sistema Conselhos e a centralidade da ética. Por fim, discute-se a indissociabilidade entre esses dois pilares, demonstrando como o compromisso com a ciência e a responsabilidade social da profissão caminham juntos para responder às demandas da contemporaneidade.

A Psicologia como Ciência: Fundamentos Epistemológicos e Diversidade Teórica

Para conceituar a psicologia como ciência, é preciso delimitar o que confere a um campo de conhecimento o estatuto científico. A ciência caracteriza-se pela busca de um conhecimento sistemático, verificável, fundamentado em métodos rigorosos de investigação e passível de contestação e aprimoramento contínuo. Ao contrário do senso comum, que se baseia em experiências isoladas, intuições e tradições orais sem verificação empírica, a psicologia científica constrói suas teorias a partir da observação controlada, da experimentação, da formulação de hipóteses e da análise crítica de dados.

O Nascimento da Psicologia Científica e a Ruptura com a Filosofia

Durante séculos, os questionamentos sobre a mente, a alma e o comportamento humano integraram o escopo da filosofia. Pensadores da Antiguidade Clássica, como Platão e Aristóteles, e da Modernidade, como René Descartes e John Locke, formularam teses complexas sobre como o ser humano conhece o mundo, como processa as emoções e de que forma a mente se relaciona com o corpo físico. No entanto, essas reflexões careciam de uma metodologia empírica independente.

A virada epistemológica ocorreu na segunda metade do século XIX. Influenciada pelo avanço das ciências naturais, da fisiologia e da física, a psicologia buscou o seu próprio espaço de autonomia acadêmica. O marco inicial dessa transição foi a fundação do Laboratório de Psicologia Experimental na Universidade de Leipzig, na Alemanha, por Wilhelm Wundt em 1879. Wundt adotou o método da introspecção controlada em ambiente laboratorial para estudar os elementos básicos da consciência humana, como as sensações e os sentimentos, medindo tempos de reação e estímulos físicos. A partir desse momento, a psicologia demonstrou ser capaz de aplicar o método científico ao estudo dos fenômenos mentais, desvinculando-se formalmente da metafísica filosófica.

A Fragmentação Teórica: Pluralismo Epistemológico

Diferentemente de ciências como a física ou a química, que operam frequentemente sob um paradigma dominante por longos períodos, a psicologia estruturou-se como uma ciência multiparadigmática. Não existe uma única "Psicologia", mas sim uma pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas que coexistem, dialogam e, por vezes, confrontam-se. Essa diversidade reflete a própria complexidade do objeto de estudo: o ser humano. As principais matrizes teóricas que moldaram a psicologia científica incluem:

- **Behaviorismo (Comportamentalismo):** Inaugurado por John B. Watson e consolidado por B. F. Skinner, o behaviorismo radical propôs uma ruptura drástica com o estudo da consciência e da introspecção, considerados anticientíficos por não serem diretamente observáveis. A abordagem comportamental elegeu o comportamento observável em sua relação com o ambiente como o objeto de estudo legítimo da psicologia. Adotando uma postura marcadamente empirista e positivista, baseou-se na experimentação animal e humana para formular as leis do aprendizado, como o condicionamento clássico e o condicionamento operante.
- **Psicanálise:** Desenvolvida por Sigmund Freud em Viena na virada do século XIX para o século XX, a psicanálise revolucionou a compreensão do psiquismo ao propor o inconsciente como o objeto central de sua investigação. Embora tenha nascido fora dos laboratórios

acadêmicos, a partir da prática clínica médica, a psicanálise estruturou uma teoria robusta da personalidade, do desenvolvimento psicosssexual e do funcionamento mental. O método psicanalítico baseia-se na associação livre e na interpretação, priorizando a investigação do sentido oculto das ações, dos sonhos e dos sintomas humanos.

- **Psicologia da Gestalt:** Surgida na Alemanha com teóricos como Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler, a Gestalt opôs-se ao atomismo de Wundt e ao mecanicismo behaviorista. Defendia que a percepção humana não ocorre pela soma de elementos isolados, mas pela apreensão de totalidades organizadas. O lema "o todo é maior do que a soma das partes" fundamentou pesquisas científicas rigorosas no campo da percepção visual, da memória e da resolução de problemas, influenciando profundamente as ciências cognitivas.

- **Abordagem Humanista e Fenomenológica:** Consolidada em meados do século XX por autores como Carl Rogers e Abraham Maslow, e influenciada pela filosofia fenomenológica de Edmund Husserl e Jean-Paul Sartre, essa vertente contestou a visão determinista da psicanálise e o reducionismo do behaviorismo. A psicologia humanista foca na experiência subjetiva consciente, no potencial de autorrealização, na liberdade de escolha e na intencionalidade do indivíduo. O método fenomenológico busca compreender o fenômeno tal como ele se apresenta à consciência, sem preconceitos teóricos a priori.

- **Psicologia Cognitiva:** Emergindo na década de 1950 com a chamada "Revolução Cognitiva", essa abordagem retomou o estudo dos processos mentais superiores — como atenção, memória, linguagem, raciocínio e tomada de decisão — utilizando, contudo, o rigor metodológico experimental que os behavioristas aplicavam ao comportamento. Com o suporte posterior das neurociências, a psicologia cognitiva investiga a arquitetura da mente humana comparando-a, analogamente em seus primórdios, ao processamento de informações de computadores, evoluindo hoje para modelos de redes neurais complexas.

O Rigor Metodológico na Pesquisa Psicológica

Para sustentar seu caráter científico diante dessa imensa pluralidade, a psicologia lança mão de um vasto arsenal de métodos de pesquisa, divididos essencialmente entre abordagens quantitativas e qualitativas.

As pesquisas quantitativas buscam a mensuração de variáveis, o estabelecimento de relações de causa e efeito e a generalização de resultados a partir de amostras estatisticamente representativas. Utilizam-se de delineamentos experimentais (onde variáveis independentes são manipuladas para observar seus efeitos nas variáveis dependentes), quase-experimentais e

correlacionais. Instrumentos padronizados, como testes psicológicos validados, inventários de personalidade, escalas de atitude e rastreamentos neurobiológicos, garantem a objetividade e a replicabilidade dos achados.

Por outro lado, as pesquisas qualitativas compreendem que certos aspectos da subjetividade e do sofrimento humano não podem ser reduzidos a números ou escores estatísticos. Métodos como a análise de conteúdo, a análise de discurso, a etnografia, o estudo de caso profundo e a pesquisa-ação buscam apreender os significados, as vivências, os contextos culturais e as narrativas dos sujeitos. O rigor, nesse caso, não reside na neutralidade matemática, mas na transparência metodológica, na reflexividade do pesquisador e na coerência teórica da análise.

A Psicologia como Profissão: Regulamentação, Campos de Atuação e Prática Ética

Se a psicologia como ciência constrói o saber, a psicologia como profissão aplica esse saber em prol da resolução de problemas humanos e sociais. A transformação da psicologia em uma profissão socialmente reconhecida exigiu processos de institucionalização jurídica, criação de instâncias de fiscalização e a delimitação de competências exclusivas dos profissionais da área.

A Regulamentação da Profissão no Brasil

No contexto brasileiro, o nascimento legal da psicologia como profissão ocorreu em **27 de agosto de 1962**, por meio da sanção da **Lei nº 4.119**. Esta lei dispôs sobre os cursos de formação em psicologia e fixou os direitos e deveres dos profissionais, estabelecendo as funções privativas do psicólogo, tais como a utilização de métodos e técnicas psicológicas voltadas para o diagnóstico psicológico, a orientação profissional, a seleção de pessoal e a psicoterapia.

Posteriormente, a **Lei nº 5.766 de 1971** criou o **Sistema Conselhos de Psicologia**, composto pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). O Sistema Conselhos recebeu a atribuição legal de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo em todo o território nacional, funcionando como um tribunal de ética profissional e zelando pela qualidade técnica e pelo compromisso social dos serviços prestados à população.

A Expansão dos Campos de Atuação Profissional

Historicamente, a atuação do psicólogo no Brasil esteve fortemente associada ao modelo da psicologia clínica de consultório particular, de inspiração puramente individual e elitista. No entanto, o desenvolvimento socioeconômico e as transformações políticas do país — especialmente o

processo de redemocratização na década de 1980 — provocaram uma profunda reconfiguração identitária na profissão, ampliando substancialmente seus campos de inserção:

CAMPOS DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

CLÍNICA	SAÚDE	ORGANIZACIONAL
Psicoterapia,	Hospitais, UBS, CAPS,	Recursos Humanos,
Diagnóstico e	Equipes Multidisciplinares,	Clima Organizacional
Plantão Psicológico	Saúde Coletiva e Mental	e Saúde do Trabalhador
EDUCACIONAL	SOCIAL	JURÍDICA
Escolas, Inclusão	CRAS, CREAS, Políticas	Tribunais de Justiça
Escolar e Gestão	Públicas e Direitos	Mediação de Conflitos
de Aprendizagem	Humanos	e Perícias

- **Psicologia Clínica:** Permanece como um dos eixos centrais. Compreende o atendimento a indivíduos, casais, famílias ou grupos em sofrimento psíquico. Engloba processos de psicoterapia baseados nas diversas abordagens teóricas, além do psicodiagnóstico, da avaliação psicológica e do atendimento em situações de crise (plantão psicológico).

- **Psicologia da Saúde e Hospitalar:** O psicólogo atua em hospitais gerais e especializados, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e ambulatorios. O foco reside na assistência a pacientes, familiares e equipes médicas diante do adoecimento físico, internações prolongadas, cuidados paliativos, adesão a tratamentos e cirurgias de alta complexidade. Integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), o psicólogo trabalha na atenção básica, secundária e terciária, desmistificando a separação entre saúde física e mental.

- **Psicologia Social e Comunitária:** Teve enorme crescimento com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os psicólogos atuam em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O trabalho envolve o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social, extrema pobreza, violência doméstica, negligência e violação de direitos, utilizando intervenções comunitárias e psicossociais voltadas para o fortalecimento de vínculos e a emancipação social.

- **Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT):** Concentra-se nas organizações, empresas e instituições públicas. Suas atribuições vão além dos processos tradicionais de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal. O psicólogo do trabalho atua no diagnóstico do clima organizacional, no desenvolvimento de lideranças, na mediação de conflitos, na ergonomia

da atividade laboral e na promoção da saúde mental do trabalhador, combatendo fenômenos contemporâneos como o estresse ocupacional e a Síndrome de Burnout.

- **Psicologia Escolar e Educacional:** Atua no âmbito das instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. O psicólogo escolar não realiza psicoterapia clínica na escola; em vez disso, intervém nos processos de ensino-aprendizagem, na formação continuada de professores, na mediação de conflitos institucionais, no combate ao bullying e na construção de políticas de inclusão escolar para estudantes com deficiências ou transtornos de aprendizagem, conforme preconizado pela Lei nº 13.935/2019.

- **Psicologia Jurídica:** Inserida nos Tribunais de Justiça, varas de família, infância e juventude, e no sistema prisional. O profissional atua como perito ou assistente técnico, emitindo laudos e pareceres psicológicos que auxiliam juízes em decisões complexas envolvendo disputa de guarda de menores, destituição do poder familiar, processos de adoção, avaliação de dano psíquico e execução penal.

O Código de Ética Profissional como Norteador da Prática

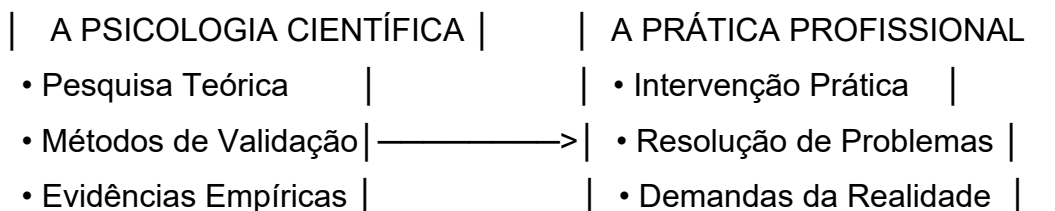
O exercício da psicologia é intrinsecamente político e ético. Intervir na subjetividade alheia pressupõe deter um poder técnico que, se mal utilizado, pode gerar alienação, estigmatização e violação de direitos. Por isso, a atuação do psicólogo baseia-se estritamente no **Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP)**, cuja versão atual em vigor no Brasil estabelece princípios fundamentais inegociáveis.

O código determina que o psicólogo pautará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entre os deveres fundamentais do psicólogo, destacam-se o sigilo profissional — garantia de confidencialidade das informações recebidas na prática —, a responsabilidade de manter-se atualizado tecnicamente e a proibição estrita de utilizar o conhecimento psicológico para favorecer qualquer forma de discriminação, exploração, tortura ou violência. A ética profissional assegura que a psicologia atue como uma ferramenta de libertação e bem-estar, e nunca como um instrumento de controle social ou opressão.

A Indissociabilidade entre Ciência e Profissão na Psicologia

A análise isolada da psicologia como ciência ou como profissão oferece uma visão incompleta da realidade da disciplina. A verdadeira identidade da psicologia reside na indissociabilidade entre esses dois pilares. A ciência e a profissão funcionam em uma lógica de

retroalimentação contínua e interdependente.



Retroalimentação e Desafios

A Prática Baseada em Evidências e o Rigor Técnico

Toda intervenção profissional do psicólogo deve ser fundamentada em teorias validadas pela comunidade científica. Quando um psicólogo clínico adota uma técnica de reestruturação cognitiva ou de interpretação analítica, ele não está operando por intuição pessoal; ele está aplicando um modelo conceitual construído por meio de anos de pesquisa acadêmica, testes clínicos e debates epistemológicos.

O movimento contemporâneo da **Prática Baseada em Evidências em Psicologia (PBEP)** reforça esse vínculo ao preconizar que a tomada de decisão clínica e profissional deve integrar a melhor evidência científica disponível, a expertise clínica do profissional e as características, preferências e cultura do cliente ou população atendida. Afastar a profissão da ciência abre espaço para o charlatanismo, para a adoção de práticas místicas ou pseudocientíficas que colocam em risco a saúde da população e desmoralizam a credibilidade social da psicologia.

A Prática como Impulsionadora da Ciência

Inversamente, a academia e os laboratórios de pesquisa não podem isolar-se em torres de marfim herméticas. É no cotidiano da prática profissional — nos plantões dos hospitais, nas salas de aula das escolas públicas, nas comunidades periféricas e nas dinâmicas corporativas — que emergem os novos fenômenos que a ciência precisa explicar.

As crises humanitárias, os impactos psicossociais das transformações tecnológicas (como o uso excessivo de redes sociais e a inteligência artificial), o surgimento de novas configurações familiares e as demandas específicas de minorias sociais marginalizadas são exemplos de problemáticas que desafiam os modelos teóricos existentes. A prática profissional capta essas demandas urgentes e as envia de volta para a universidade sob a forma de problemas de pesquisa, oxigenando a produção científica e exigindo a constante atualização das teorias psicológicas.

Desafios Contemporâneos na Articulação entre Ciência e Profissão

Apesar da indissociabilidade teórica, a articulação prática entre ciência e profissão enfrenta desafios severos no cenário atual. Um dos principais problemas é o distanciamento ou "abismo" que por vezes se forma entre o conhecimento produzido nas universidades e a realidade do psicólogo que está na ponta do mercado de trabalho. Muitas pesquisas acadêmicas utilizam linguagens excessivamente abstratas ou delineamentos experimentais distantes da complexidade caótica do cotidiano social, dificultando a aplicação direta dos resultados pelos profissionais.

Outro desafio crucial reside na proliferação de discursos negacionistas ou pseudocientíficos que tentam colonizar o campo da saúde mental. Práticas sem qualquer lastro empírico ou fundamentação teórica sólida são frequentemente oferecidas ao público sob a roupagem de "técnicas psicológicas inovadoras". O Sistema Conselhos e as instituições formadoras enfrentam a constante tarefa de fiscalizar e orientar a categoria, garantindo que o exercício profissional permaneça estritamente vinculado aos preceitos científicos e éticos regulamentados.

CONCLUSÃO

Conceituar a psicologia implica reconhecer sua natureza dual e integrada: ela é, em essência, uma ciência e uma profissão. Como ciência, demonstrou maturidade metodológica ao romper com a filosofia especulativa e constituir um campo multiparadigmático de alta sofisticação, capaz de investigar quantitativa e qualitativamente a complexidade da mente, do comportamento e da subjetividade humana. Como profissão, consolidou-se legalmente e expandiu seus horizontes para além do consultório tradicional, tornando-se peça-chave na execução de políticas públicas, na promoção da saúde integral, na otimização de ambientes institucionais e na defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social.

A sobrevivência e o fortalecimento da psicologia dependem diretamente da manutenção do elo inquebrantável entre esses dois domínios. A prática profissional sem respaldo científico torna-se frágil, ineficaz e antiética. Por sua vez, a ciência psicológica sem conexão com as demandas práticas e sociais esvazia-se de sentido e utilidade pública.

Portanto, o futuro da psicologia exige que pesquisadores e profissionais atuem em sinergia constante. As instituições formadoras devem garantir uma formação sólida que estimule o espírito crítico-científico dos estudantes, preparando-os para as realidades complexas do mercado de trabalho. Somente por meio desse compromisso mútuo — entre o rigor do método científico e a responsabilidade ética da intervenção profissional — a psicologia continuará a consolidar seu papel

imprescindível como agente de transformação, bem-estar e desenvolvimento humano na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicólogo brasileiro: construção da sua identidade profissional**. Brasília: CFP, 1988.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia: uma (nova) introdução**. 3. ed. São Paulo: Educ, 2008.

GOMES, William B. (Org.). **Psicologia no Brasil: pioneiros, ciência e profissão**. São Paulo: Átomo, 2007.

PESSOTTI, Isaias. **Notas para uma história da psicologia no Brasil**. In: QUINTEIRO, R. (Org.). *História da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da psicologia moderna**. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

DIFERENCIAR O SENSO COMUM DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

Autor (a): Joana Batista de Souza

RESUMO

Este artigo analisa a distinção epistemológica, metodológica e prática entre o senso comum e a psicologia científica no cenário contemporâneo. O senso comum é compreendido como um sistema de saberes intuitivos, fragmentados e transmitidos culturalmente, essencial para a sobrevivência diária, mas desprovido de rigor sistemático. Em contraposição, a psicologia científica estrutura-se a partir de métodos empíricos, teorias testáveis, neutralidade metodológica e validação intersubjetiva. O texto investiga como os mitos populares — como a ideia de que "psicologia é apenas bom senso" ou que "fazer terapia é o mesmo que desabafar com um amigo" — banalizam a profissão e geram riscos à saúde mental. Amparado por uma sólida revisão da literatura científica e histórica nacional, o artigo discute a importância de delimitar essas fronteiras no chão das instituições e na formação profissional, sem desvalorizar a sabedoria popular, mas afirmando o caráter emancipatório da ciência. Conclui-se que a diferenciação clara entre essas instâncias é indispensável para a valorização da psicologia como ciência e profissão regulamentada, garantindo intervenções éticas, seguras e baseadas em evidências.

Palavras-chave: psicologia científica; senso comum; epistemologia.

INTRODUÇÃO

O ser humano possui uma necessidade intrínseca de explicar o mundo que o cerca e, de forma ainda mais premente, de decifrar o comportamento e as emoções de seus semelhantes. Desde os primórdios da civilização, a busca por compreender a motivação humana, os mecanismos do sofrimento psíquico, as dinâmicas de relacionamento e os mistérios do pensamento gerou um vasto repertório de explicações populares. Esse acervo de saberes acumulados intuitivamente ao longo das gerações constitui o que a filosofia e a sociologia convencionaram chamar de senso comum. O senso comum é a primeira ferramenta de leitura da realidade; ele é prático, imediato e vital para a navegação social cotidiana.

Contudo, quando nós voltamos para a psicologia, a fronteira entre o conhecimento popular

e o saber científico torna-se singularmente porosa e complexa. Diferentemente da física ou da química, cujos objetos de estudo (como átomos, reações moleculares ou buracos negros) parecem distantes da experiência diária do leigo, o objeto de estudo da psicologia — a subjetividade, o comportamento e a mente humana — é vivenciado por qualquer indivíduo a cada segundo. Essa proximidade existencial gera uma ilusão de domínio universal. Como todos os indivíduos pensam, sentem e se relacionam, propaga-se a crença de que qualquer pessoa está naturalmente habilitada a diagnosticar, aconselhar e intervir nos processos psicológicos alheios.

Essa confusão deliberada ou ingênua entre o senso comum e a psicologia científica acarreta severas consequências práticas. Ela alimenta o charlatanismo, abre espaço para práticas terapêuticas sem fundamentação empírica, adoece indivíduos por meio de conselhos reducionistas e esvazia o estatuto científico de uma profissão que levou séculos para se consolidar. O objetivo central deste artigo é estabelecer uma rigorosa demarcação epistemológica e prática entre o senso comum e a psicologia científica. Longe de demonizar o saber popular, trata-se de delimitar o campo de atuação e a responsabilidade social de uma ciência comprometida com a ética, o rigor metodológico e a dignidade humana.

O Senso Comum: Natureza, Potencialidades e Limitações

Para diferenciar com precisão a psicologia científica de sua contrapartida popular, é preciso compreender as entranhas do senso comum, desfazendo o preconceito de que ele seja apenas um "conhecimento errado" ou inferior em todas as instâncias da vida humana.

A Plasticidade e a Funcionalidade do Saber Popular

O senso comum pode ser definido como o modo de pensar de uma determinada época e cultura, baseado em intuições, tradições, hábitos, crenças e experiências acumuladas casualmente. Ele é o conhecimento que nos diz que não devemos andar sozinhos por uma rua escura e deserta à noite, que o chá de camomila ajuda a acalmar os nervos após um susto ou que uma pessoa que evita olhar nos olhos pode estar escondendo algo. Trata-se de um saber eminentemente utilitário. Sua principal função não é a busca teórica pela verdade última das coisas, mas sim a resolução rápida de problemas práticos da sobrevivência e da convivência humana.

Uma das principais características do senso comum é a sua natureza assistemática e fragmentada. Ele não se preocupa com a coerência lógica global; pode, sem sofrer crises existenciais, abrigar ditados populares absolutamente contraditórios na mesma cultura. Por exemplo, a sabedoria popular afirma com convicção que "os opostos se atraem", justificando

casamentos entre pessoas de personalidades divergentes. Simultaneamente, o mesmo senso comum sustenta que "farinha do mesmo saco" ou "aves da mesma plumagem voam juntas", explicando a união por meio da semelhança. O senso comum não testa essas hipóteses; ele simplesmente as aplica de forma ad hoc conforme a conveniência da narrativa do momento.

As Fragilidades Epistemológicas: Acriticismo e Dogmatismo

Embora seja indispensável para o cotidiano, o senso comum é marcado por graves limitações quando aplicado à análise da complexidade psíquica. A primeira grande limitação é o seu caráter acrítico. O conhecimento popular tende a aceitar as aparências como realidades absolutas. Se uma pessoa chora muito, o senso comum deduz imediatamente que ela está triste por um motivo recente; ele não possui ferramentas para investigar estruturas inconscientes, neuroquímica cerebral ou contingências de reforçamento ambiental que operam de forma invisível ao olhar leigo.

Além disso, o senso comum é fortemente dogmático e etnocêntrico. Ele projeta as experiências particulares de um indivíduo ou de um microgrupo social como se fossem leis universais da natureza humana. É a lógica expressa em frases como: "No meu tempo não havia depressão, as pessoas trabalhavam e a tristeza sumia", ou "Eu apanhei dos meus pais e virei um cidadão de bem, logo, a palmada é pedagógica".

Essas afirmações confundem trajetórias biográficas individuais e recortes culturais datados com verdades científicas imutáveis. O senso comum carece de distanciamento crítico, de instrumentos de controle de vieses cognitivos e de um método que purifique a observação das preferências pessoais de quem observa.

A Psicologia Científica: O Rigor do Método e a Construção do Fato Psicológico

A transição do senso comum para a psicologia científica exige uma ruptura epistemológica radical, nos moldes propostos pelo filósofo Gaston Bachelard. A ciência não é o prolongamento ou o refinamento do senso comum; ela se constrói contra o senso comum, questionando suas certezas imediatas e desconstruindo suas evidências ilusórias.

O Nascimento da Psicologia como Ciência Independente

A psicologia científica nasceu formalmente no final do século XIX, tendo como marco tradicional a fundação do Laboratório de Psicologia Experimental por Wilhelm Wundt em Leipzig, na Alemanha, em 1879. Para desvincular-se da filosofia especulativa e do misticismo popular, a

nova ciência precisou definir um objeto de estudo passível de investigação rigorosa e adotar métodos que pudessem ser replicados e verificados por outros pesquisadores independentes.

Diferentemente do senso comum, que é transmitido de forma oral e assistemática, a psicologia científica baseia-se em um corpo teórico institucionalizado, dinâmico e submetido ao escrutínio permanente da comunidade acadêmica internacional. Um conceito em psicologia — seja o inconsciente na psicanálise, o comportamento operante no behaviorismo, os esquemas cognitivos na terapia cognitivo-comportamental ou a autorrealização na psicologia humanista — não nasce de um palpite ou de uma intuição isolada. Ele é fruto de anos de pesquisa empírica, observações sistemáticas, formulação de hipóteses, testes de falseabilidade e revisões por pares.

Os Pilares da Atitude Científica em Psicologia

A psicologia científica estrutura-se sobre três pilares fundamentais que a afastam categoricamente do bom senso popular:

Objetividade e Controle de Vieses: O cientista e o psicólogo clínico sabem que sua percepção pessoal é falível e eivada de preconceitos. Por isso, a psicologia utiliza instrumentos validados — como testes psicológicos padronizados, inventários estatísticos, protocolos de entrevista estruturada e delineamentos experimentais — para garantir que a coleta de dados sobre o sujeito não seja contaminada pelas crenças pessoais do avaliador.

Linguagem Conceitual Precisa: Enquanto o senso comum usa termos vagos e polissêmicos como "energia", "personalidade forte", "loucura" ou "falta de força de vontade", a psicologia científica constrói conceitos com definições operacionais nítidas. "Transtorno de Ansiedade Generalizada", "Reforço Negativo", "Transferência" ou "Funções Executivas" são termos técnicos que designam fenômenos específicos, permitindo que psicólogos do mundo inteiro comuniquem-se sem ambiguidades.

Provisionalidade e Falseabilidade: A ciência não produz verdades sagradas ou dogmas eternos. Uma teoria psicológica mantém-se válida apenas enquanto for capaz de explicar os fatos empíricos observados e resistir aos testes de refutação. Quando novas evidências surgem — como os avanços recentes das neurociências ou as transformações psicossociais trazidas pela era digital —, as teorias são revisadas, expandidas ou abandonadas, demonstrando o caráter dinâmico e autocorretivo do saber científico.

Desmistificando os Principais Mitos Populares sobre a Psicologia

A falta de clareza na diferenciação entre o senso comum e a psicologia científica alimenta uma série de mitos no tecido social que prejudicam a busca por ajuda profissional qualificada e desvalorizam a categoria dos psicólogos. É preciso confrontar esses mitos à luz do rigor científico.

Mito 1: "Psicologia é apenas bom senso e intuição"

Este é, talvez, o equívoco mais difundido. Muitas pessoas acreditam que um bom psicólogo é simplesmente alguém dotado de grande sabedoria de vida, empatia natural e capacidade de dar bons conselhos. Trata-se de um erro crasso. O psicólogo clínico não dá conselhos. Dar conselhos é uma atividade típica do senso comum, praticada por amigos, familiares, conselheiros espirituais ou influenciadores digitais. O conselho baseia-se na projeção da experiência pessoal de quem aconselha sobre a vida de quem ouve ("Se eu fosse você, faria isso").

A intervenção psicológica científica opera na direção oposta. O psicólogo utiliza teorias psicológicas e técnicas de escuta e questionamento (como o diálogo socrático ou a livre associação) para fazer com que o próprio paciente compreenda os determinantes de seu comportamento, identifique suas distorções cognitivas, acesse seus conteúdos reprimidos e desenvolva autonomia para tomar suas próprias decisões. A empatia do psicólogo não é um mero traço de personalidade simpática; é uma competência técnica, uma empatia clínica e controlada que serve como ferramenta de manejo terapêutico.

Mito 2: "Fazer terapia é o mesmo que desabafar com um amigo"

O desabafo informal com um amigo no balcão de um bar ou na sala de casa possui um inegável valor de suporte social e alívio emocional imediato. Contudo, ele difere substancialmente de uma sessão de psicoterapia científica. O diálogo entre amigos é simétrico, bidirecional e contaminado por demandas afetivas mútuas. O amigo emite julgamentos morais, válida ou invalida as ações do outro com base em suas próprias convicções, espera reciprocidade e, frequentemente, diz o que o outro quer ouvir para manter a harmonia da amizade.

A sessão de psicoterapia é um espaço assimétrico e técnico. O foco está integralmente voltado para as necessidades do paciente. O psicólogo está amparado pelo sigilo profissional ético e por uma postura de neutralidade analítica ou suspensão de julgamento moral. Ele não está ali para aprovar ou reprovar o paciente, mas para analisar cientificamente os padrões funcionais ou disfuncionais que geram sofrimento. A escuta do psicólogo é qualificada: ele ouve o que é dito, o

que não é dito, as contradições do discurso, os lapsos verbais e os padrões repetitivos, intervindo com base em metas terapêuticas estruturadas.

Mito 3: "A psicologia estuda a mente através do misticismo e do esoterismo"

Na mentalidade popular de setores mais tradicionais ou desinformados, a psicologia ainda é associada a práticas místicas, leitura de aura, astrologia, espiritismo ou técnicas de autoajuda mágica. Essa fusão perversa de conceitos decorre do fato de que, no passado histórico remoto, o estudo da "alma" (psique) esteve vinculado a vertentes religiosas e filosóficas.

A psicologia científica brasileira, sob a regulação rigorosa do Conselho Federal de Psicologia (CFP), proíbe terminantemente a associação da prática profissional a crenças dogmáticas, convicções religiosas ou pseudociências. O psicólogo que utiliza o tarô, a astrologia ou a "cura quântica" em seu consultório comete uma grave infração ética, passível de punição e cassação do registro profissional. A psicologia respeita a religiosidade do paciente como uma dimensão cultural de sua vida, mas suas ferramentas de intervenção devem ser estritamente laicas, científicas e baseadas em evidências.

Consequências Práticas e Riscos da Invasão do Senso Comum na Saúde Mental

A diluição das fronteiras entre a ciência psicológica e o senso comum não representa apenas um debate acadêmico abstrato; ela produz danos reais, mensuráveis e, por vezes, trágicos na saúde mental da população.

A Psicologia Positiva Tóxica da Autoajuda e o Coach de Redes Sociais

Nos últimos anos, assistimos à proliferação avassaladora de "coaches", mentores de desenvolvimento pessoal e influenciadores digitais que vendem fórmulas mágicas para o sucesso financeiro, a felicidade plena e a superação de traumas. Utilizando uma retórica simplista derivada do senso comum mais raso — travestida com termos pseudo-científicos como "reprogramação mental" ou "física quântica" —, esses discursos propagam a ideia de que o sofrimento humano é uma escolha e que basta "mudar o mindset" ou "pensar positivo" para vencer qualquer obstáculo.

Essa abordagem mercantilizada do sofrimento psíquico ignora deliberadamente os determinantes socioeconômicos, históricos, biológicos e estruturais que moldam a existência humana. O resultado prático dessa invasão do senso comum é a culpabilização da vítima. Um indivíduo em sofrimento profundo devido a um Transtorno Depressivo Maior ou a um quadro de Burnout, ao consumir esses discursos, conclui que seu fracasso em melhorar decorre de sua

própria falta de força de vontade ou de sua incapacidade de manter o pensamento positivo. Isso retarda a busca por tratamento psiquiátrico e psicológico de base científica, agravando o quadro clínico e elevando o risco de suicídio.

O Risco dos Diagnósticos Populares e da Automedicação

Outra consequência alarmante da infiltração do senso comum na psicologia é o fenômeno do autodiagnóstico em massa estimulado por algoritmos de redes sociais. Vídeos curtos que listam "5 sinais de que você tem TDAH" ou "características de uma pessoa com traços narcisistas" banalizam quadros nosológicos complexos. O senso comum apropria-se de termos da psicopatologia científica e os transforma em rótulos vulgares ou insultos cotidianos. Qualquer variação normal do humor vira "bipolaridade"; qualquer capricho por organização vira "TOC"; qualquer tristeza pós-término de relacionamento vira "depressão clínica".

Esse reducionismo promovido pelo senso comum gera dois efeitos colaterais perigosos: a medicalização desnecessária da vida normal (onde sentimentos inerentes à condição humana, como o luto e a frustração, são patologizados) e, simultaneamente, a invisibilização dos sujeitos que realmente sofrem de transtornos mentais graves e que necessitam de intervenções psicoterapêuticas e farmacológicas precisas. A psicologia científica atua para frear essa engrenagem de rotulação superficial, devolvendo a complexidade e a singularidade à avaliação psicológica.

A Contribuição da Literatura Nacional: Epistemologia e História da Psicologia no Brasil

A consolidação da psicologia como ciência autônoma no Brasil passou por um longo processo de disputa e diferenciação em relação ao senso comum, às tradições médicas e aos discursos religiosos, um percurso ricamente documentado pelos principais pesquisadores e intelectuais da história da psicologia nacional.

A Conquista da Autonomia Profissional e a Regulamentação Legal

A psicologia no Brasil foi regulamentada oficialmente como profissão pela Lei nº 4.119, em 27 de agosto de 1962. Antes dessa data, os saberes psicológicos estavam dispersos e subordinados às faculdades de medicina (especialmente à psiquiatria) e às faculdades de filosofia e pedagogia. Autores fundamentais da literatura nacional, como Mitsuko Antunes e Maria do Carmo Guedes, dedicam suas pesquisas a resgatar como a psicologia brasileira precisou lutar para construir sua identidade científica e demarcar seu espaço profissional contra as práticas leigas de

cura e os aconselhamentos morais que dominavam o cenário nacional na primeira metade do século XX.

A criação do sistema de conselhos (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia - CFP/CRP) por meio da Lei nº 5.766 de 1971 funcionou como o escudo institucional definitivo para proteger a sociedade da invasão do senso comum na psicologia. Esse aparato legal e normativo assegura que somente profissionais portadores de diploma de curso superior devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e registrados em seus respectivos conselhos possam exercer os atos psicológicos, fiscalizando o cumprimento do rigor técnico e dos preceitos éticos da ciência.

A Visão de Bock, Furtado e Teixeira: A Psicologia como Prática Social

No livro clássico *Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia*, as autoras Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado e Maria de Lourdes Trassi Teixeira oferecem uma das análises didáticas e teóricas mais precisas sobre a distinção entre o senso comum e a psicologia científica. Elas sustentam que o senso comum e a ciência são formas legítimas de conhecimento, mas que operam em esferas de validade inteiramente distintas.

Bock e seus colaboradores argumentam que a psicologia científica não deve se fechar em uma torre de marfim acadêmica, ignorando o senso comum da população. Pelo contrário, o psicólogo precisa compreender profundamente o senso comum do grupo social com o qual trabalha, pois é esse saber popular que organiza a visão de mundo, os valores e os sofrimentos daquela comunidade.

A psicologia científica utiliza esse entendimento como ponto de partida para, em seguida, oferecer uma leitura crítica, desnaturalizada e emancipatória das condições de vida do sujeito, transformando o sofrimento individualizado em consciência social e autonomia existencial.

A Importância da Formação Acadêmica e do Compromisso Ético do Psicólogo

A manutenção das fronteiras nítidas entre o senso comum e a ciência repousa sobre a qualidade da formação acadêmica oferecida pelas universidades e pelo rigor ético assumido pelos profissionais no exercício de suas funções.

O Perigo da "Senso-Comunização" da Prática Profissional

Infelizmente, a mera obtenção de um diploma universitário não imuniza completamente o profissional contra as armadilhas do senso comum. Se a formação acadêmica for frágil, tecnicista

ou carente de fundamentação epistemológica sólida, o psicólogo corre o risco de converter seu consultório ou sua atuação institucional em um balcão de opiniões pessoais disfarçadas de ciência.

Esse fenômeno de "senso-comunização" da prática profissional manifesta-se quando o psicólogo impõe seus próprios valores morais, religiosos, políticos ou de orientação sexual sobre o paciente, utilizando frases como: "Você precisa perdoar seus pais para ser feliz" ou "O casamento é a base da estabilidade mental de qualquer pessoa".

Essas afirmações não possuem respaldo científico universal; são crenças ideológicas e culturais do senso comum do próprio profissional. O psicólogo ético passa por um intenso processo de psicoterapia pessoal durante sua formação exatamente para aprender a separar suas próprias demandas, dores e convicções do material clínico trazido pelo paciente, garantindo um atendimento genuinamente científico e neutro.

O Código de Ética Profissional como Guardião da Ciência

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) é o instrumento máximo que materializa a separação entre o senso comum e a ciência na prática diária. Em seus princípios fundamentais, o código determina que o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mais especificamente, o Artigo 1º, alínea "b" do CEPP estatui como dever fundamental do psicólogo: *"Assumir responsabilidade atividades profissionais somente por aquelas para as quais esteja capacitado pessoal, técnica e cientificamente"*.

Ao proibir a prestação de serviços baseados em métodos não reconhecidos pela comunidade científica, o código protege o usuário do serviço psicológico contra o charlatanismo e assegura que o ato psicológico permaneça como um vetor de transformação social, emancipação e saúde coletiva, blindado contra os caprichos e preconceitos do senso comum da época.

CONCLUSÃO

A reflexão aprofundada sobre a diferenciação entre o senso comum e a psicologia científica permite concluir que a demarcação dessas fronteiras é uma exigência ética, técnica e política inegociável para a sobrevivência e a dignidade da psicologia como campo do saber e profissão regulamentada. A psicologia científica não se edificou para ser um mero exercício de erudição acadêmica isolado do mundo real, mas sim para oferecer à sociedade respostas confiáveis,

seguras e eficazes diante da dolorosa realidade do sofrimento mental e das complexidades do comportamento humano.

Essa diferenciação, contudo, não deve caminhar na direção de um cientificismo arrogante que despreza ou aniquila a sabedoria popular. O senso comum é o ponto de partida da vida social e a linguagem pela qual o sofrimento humano se expressa inicialmente. O psicólogo cientista não ignora o senso comum; ele o decodifica. Ele acolhe o provérbio popular, a crença religiosa e a intuição do paciente para, a partir desse material bruto, aplicar as lentes do método científico, revelando as estruturas invisíveis da opressão socioeconômica, dos conflitos inconscientes, das distorções cognitivas e das contingências ambientais que mantêm o sujeito aprisionado ao sofrimento.

Em uma era dominada pela velocidade superficial das redes sociais, pela mercantilização da saúde mental através de pseudociências e pela proliferação de discursos de autoajuda que geram culpa e desinformação, a psicologia científica ergue-se como um farol de resistência crítica. Defender o rigor metodológico, a laicidade da prática, o controle de vieses e o embasamento em evidências científicas é, em última análise, um ato de profundo respeito e compromisso com o ser humano. Somente uma psicologia firmemente ancorada na ciência e orientada por uma ética humanitária intransigente possui a legitimidade necessária para desconstruir os preconceitos do senso comum e atuar como um verdadeiro instrumento de libertação, autonomia e promoção do bem-estar integral do sujeito e da coletividade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Unimarco, 1998.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo**. Brasília: Diário Oficial da União, 1962.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia: uma introdução a uma nova ciência**. São Paulo: Educ, 2000.

GUEDES, Maria do Carmo (Org.). **História da Psicologia no Brasil: caminhos percorridos**. São Paulo: Educ, 1998.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PENNA, Antonio Gomes. **Introdução à história da Psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PEREIRA, Maria Elisa Lemos; GUEDES, Maria do Carmo. **A psicologia científica de Wilhelm Wundt**. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 46-51, 2003.

REY, Fernando Luís González. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **A psicologia e as políticas públicas: notas sobre a atuação profissional**. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 26-35, 2001.

FENÔMENO DAS PSEUDOCIÊNCIAS NA ATUALIDADE

Autor (a): Joana Batista de Souza

RESUMO

Este artigo analisa a ascensão, a disseminação e os impactos sociais do fenômeno das pseudociências no cenário contemporâneo, com foco nas implicações para a saúde pública, a psicologia e a integridade do conhecimento científico. Definidas como doutrinas, crenças ou práticas que se autodeclaram científicas, mas que violam o método empírico e carecem de validação intersubjetiva, as pseudociências encontraram na arquitetura digital das redes sociais e nos algoritmos de engajamento um terreno fértil para sua expansão massiva. O texto investiga os critérios epistemológicos de demarcação — notadamente o princípio da falseabilidade de Karl Popper e as contribuições de Thomas Kuhn — para traçar as fronteiras entre a ciência legítima e o charlatanismo. Explora-se, ainda, a dimensão psicológica do fenômeno, discutindo como vieses cognitivos e a busca por respostas simples diante do sofrimento humano alimentam a adesão a promessas mágicas. Amparado por uma rigorosa revisão da literatura científica e do panorama regulatório nacional, o artigo debate os perigos das terapias alternativas sem comprovação e a urgência do letramento científico e do fortalecimento ético-institucional. Conclui-se que o combate às pseudociências é uma exigência democrática e humanitária imprescindível para a preservação dos direitos fundamentais e da dignidade humana.

Palavras-chave: pseudociência; método científico; epistemologia.

INTRODUÇÃO

O século XXI foi inaugurado sob a promessa de consolidação da sociedade da informação e do conhecimento. O avanço vertiginoso da biotecnologia, a exploração espacial, a sofisticação dos modelos de inteligência artificial e a democratização do acesso à internet sugeriam que a humanidade marcharia em direção a um horizonte cada vez mais pautado pela racionalidade e pela evidência empírica. No entanto, contradizendo as previsões mais otimistas, a contemporaneidade testemunha um paradoxo civilizatório alarmante: o ressurgimento vigoroso e a popularização em massa de teorias, discursos e práticas pseudocientíficas.

O fenômeno das pseudociências na atualidade não se restringe a superstições inofensivas ou a excentricidades isoladas de grupos marginalizados. Ele se converteu em uma indústria bilionária de produtos de bem-estar, em plataformas de mentoria que moldam o comportamento de milhões de pessoas e, de forma ainda mais grave, em movimentos organizados que desafiam abertamente consensos médicos e científicos consolidados, pondo em risco a saúde pública global. Do movimento antivacina às terapias quânticas de reprogramação mental, passando pelo terraplanismo e pela negação das mudanças climáticas, o obscurantismo veste-se hoje com os jalecos da autoridade técnica para colonizar o debate público.

Essa proliferação é potencializada por uma profunda crise de confiança nas instituições tradicionais e pela arquitetura das plataformas digitais, que priorizam o engajamento emocional em detrimento da veracidade factual. Investigar o fenômeno das pseudociências, portanto, exige mais do que a mera denúncia do erro; demanda um mergulho epistemológico para compreender como essas narrativas se estruturam, quais vulnerabilidades psicológicas elas exploram e de que maneira a sociedade — em especial os profissionais da ciência e da saúde — deve se articular para defender o estatuto da verdade e a segurança da população.

Delimitação Epistemológica: O Problema da Demarcação

Para enfrentar o fenômeno das pseudociências, o primeiro passo fundamental consiste em definir com precisão o que as caracteriza e diferenciá-las tanto da ciência legítima quanto de outras formas de conhecimento humano que não reivindicam o estatuto científico. Essa busca por uma linha divisória é conhecida na filosofia da ciência como o "problema da demarcação".

Karl Popper e o Critério da Falseabilidade

O filósofo austríaco Karl Popper dedicou parte substancial de sua obra a solucionar o problema da demarcação. Popper percebeu que o critério tradicional do indutivismo e da verificação era insuficiente, pois muitas teorias absurdas conseguiam acumular uma quantidade infinita de "confirmações" aparentes simplesmente reinterpretando cada fato à luz de seus próprios dogmas.

Popper propôs, então, o critério da falseabilidade ou refutabilidade. Segundo essa premissa, uma teoria só pode ser considerada científica se for possível conceber um experimento ou uma observação empírica que possa demonstrar que ela é falsa. A ciência avança expondo suas hipóteses ao risco constante de refutação.

As pseudociências operam de forma diametralmente oposta: elas são estruturadas de tal maneira que são imunes a qualquer teste negativo. Se uma prática pseudocientífica falha em curar

um paciente, a culpa nunca é creditada à teoria, mas sim à "falta de fé" do indivíduo, ao seu "bloqueio energético" ou à má aplicação da técnica. Por não aceitarem a possibilidade do erro, as pseudociências situam-se fora do domínio da investigação científica.

Thomas Kuhn e a Ciência Normal

Complementando a visão popperiana, Thomas Kuhn introduziu a perspectiva histórica e social da ciência por meio do conceito de paradigma. A ciência legítima opera dentro de um paradigma aceito pela comunidade científica (ciência normal), onde pesquisadores trabalham coletivamente para resolver quebra-cabeças teóricos e práticos com base em métodos compartilhados, controle de variáveis e revisão por pares.

As pseudociências não possuem essa estrutura comunitária e institucional de autocorreção. Elas mimetizam os aspectos superficiais da ciência — utilizam jargões complexos, criam periódicos próprios sem rigor editorial, organizam congressos e conferem títulos de "doutoramento" emitidos por instituições fictícias —, mas carecem do escrutínio intersubjetivo implacável que caracteriza a verdadeira comunidade científica. Elas nascem prontas, dogmáticas e imutáveis, baseadas na autoridade inquestionável de um líder carismático ou de um texto sagrado.

A Anatomia do Discurso Pseudocientífico: Estratégias de Sedução

As pseudociências contemporâneas possuem uma eficácia comunicativa extraordinária. Elas não se apresentam como magias do passado, mas como a "ciência de vanguarda" que os cientistas tradicionais, supostamente cegos pelo dogmatismo acadêmico, recusam-se a aceitar. Para seduzir o público leigo, o discurso pseudocientífico utiliza um conjunto recorrente de estratégias retóricas.

O Abuso do Jargão Científico e o "Misticismo Quântico"

A estratégia mais comum da pseudociência atual é o sequestro de termos complexos da física moderna, da neurociência e da biologia molecular para aplicá-los de forma metafórica e incorreta em práticas místicas. O exemplo mais gritante desse fenômeno é a proliferação do adjetivo "quântico". Termos como "salto quântico", "cura quântica", "frequência vibracional" e "reprogramação do DNA" são descontextualizados de seus modelos matemáticos rígidos na escala subatômica e utilizados para vender promessas de enriquecimento rápido, cura de doenças incuráveis e atração de energias positivas.

Ao escutar palavras que remetem à ciência de ponta, o leigo é induzido a acreditar que

aquela prática está respaldada pelas mentes mais brilhantes da física contemporânea. Trata-se de uma cortina de fumaça semântica projetada para mascarar a ausência absoluta de testes empíricos, de evidências clínicas e de lógica conceitual.

O Apelo à Antiguidade e a Falácia do "Natural"

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que abusam de jargões futuristas, as pseudociências frequentemente recorrem à falácia do apelo à antiguidade (*argumentum ad antiquitatem*). Discursos que promovem dietas restritivas extremas, tratamentos baseados em ervas milagrosas ou terapias holísticas sustentam que, se uma prática é utilizada há milhares de anos por civilizações antigas, ela é automaticamente superior e mais segura do que os medicamentos produzidos pelos laboratórios modernos.

Essa narrativa conecta-se diretamente com a falácia naturalista: o mito de que tudo o que provém da "natureza" é intrinsecamente bom, curativo e puro, enquanto tudo o que é sintético, industrializado ou tecnológico é nocivo, tóxico e artificial. O discurso pseudocientífico ignora deliberadamente que a expectativa de vida da humanidade dobrou nos últimos séculos precisamente graças à purificação científica de princípios ativos, ao advento dos antibióticos, ao saneamento básico e ao desenvolvimento das vacinas sintéticas.

Vieses Cognitivos e a Psicologia da Crença

Para compreender por que tantas pessoas instruídas e com acesso à educação formal caem nas armadilhas do charlatanismo, é preciso examinar as engrenagens psicológicas e os vieses cognitivos herdados evolutivamente pela nossa espécie. O cérebro humano não evoluiu para ser um cientista rigoroso; evoluiu para garantir a sobrevivência imediata em ambientes hostis por meio de atalhos mentais rápidos.

O Viés de Confirmação e a Ilusão de Causalidade

O viés de confirmação é a tendência universal de buscar, interpretar e lembrar de informações que confirmem nossas crenças pré-existentes, ignorando ou desvalorizando as evidências em contrário. Se um indivíduo acredita piamente que o uso de um determinado cristal alivia suas dores de cabeça, ele se lembrará com precisão dos dias em que usou o amuleto e a dor cessou. Contudo, ele esquecerá ou justificará as vezes em que o cristal falhou, ou ignorará o fato de que a dor teria passado espontaneamente devido à homeostase natural do organismo.

A essa dinâmica soma-se a ilusão de causalidade (ou falácia *post hoc ergo propter hoc*). O

cérebro humano é um exímio detector de padrões e tende a estabelecer uma relação de causa e efeito entre dois eventos que ocorreram em sequência temporal direta. Se uma pessoa toma um chá exótico e, no dia seguinte, recupera-se de uma virose resfriada, ela deduzirá imediatamente que o chá promoveu a cura. A ciência médica existe exatamente para isolar essas variáveis por meio de testes duplo-cegos e controlados por placebo, demonstrando se o princípio ativo possui eficácia real ou se a melhora foi apenas uma coincidência estatística decorrente do ciclo natural da doença.

A Busca por Agência e o Alívio da Angústia Existencial

O sofrimento humano, a imprevisibilidade da vida, o diagnóstico de uma doença degenerativa na família ou a angústia diante da morte geram um estado de vulnerabilidade psicológica extremo. A ciência legítima, marcada pela honestidade intelectual, frequentemente oferece respostas que geram desconforto: "Não sabemos a cura para esta condição", "O tratamento é estatístico e possui efeitos colaterais severos" ou "O acaso desempenha um papel central nesta patologia".

A pseudociência, livre do compromisso com a verdade factual, preenche esse vazio existencial com certezas absolutas, narrativas de acolhimento e a ilusão de controle e agência. Ela diz ao paciente desesperado que a cura depende exclusivamente dele, que o universo quer o seu bem e que há um segredo escondido que a medicina tradicional não quer que ele saiba por razões comerciais. Diante do pavor do fim, a mentira reconfortante da pseudociência torna-se psicologicamente muito mais sedutora do que a dura verdade oferecida pelo método científico.

O Ecossistema Digital: Algoritmos, Redes Sociais e a Desinformação

Se os vieses cognitivos e os discursos sedutores sempre existiram ao longo da história, o fenômeno das pseudociências ganhou uma escala pandêmica e sem precedentes históricos devido à infraestrutura tecnológica das redes sociais modernas.

A Economia da Atenção e a Radicalização Epistêmica

As plataformas digitais contemporâneas (como Instagram, TikTok, YouTube e X) operam sob o modelo de negócios da economia da atenção. Os algoritmos dessas redes são programados com um objetivo central: manter o usuário conectado à tela o maior tempo possível para maximizar a exibição de anúncios publicitários. Para atingir essa meta, o algoritmo distribui prioritariamente conteúdos que geram fortes reações emocionais, como indignação, medo, surpresa e teorias

conspiratórias.

As descobertas científicas legítimas costumam ser descritas em textos longos, repletos de nuances, ressalvas estatísticas e linguagem sóbria — características que geram baixo engajamento nas redes sociais. Em contrapartida, os vídeos de pseudociência oferecem edições ágeis, promessas bombásticas, bodes expiatórios fáceis ("a conspiração da indústria farmacêutica") e soluções mágicas em 30 segundos. O ecossistema digital atua, assim, como um filtro de seleção natural invertido: ele penaliza o rigor e premia a desinformação espetacularizada, empurrando usuários desavisados para bolhas de radicalização epistêmica.

O Fenômeno dos "Influenciadores de Jaleco"

Um dos desdobramentos mais complexos desse cenário é a emergência de profissionais de saúde titulados (médicos, psicólogos, nutricionistas) que decidiram abandonar o código de ética de suas profissões para se transformarem em influenciadores digitais de pseudociências. Atraídos pela monetização massiva, pela venda de suplementos de marca própria e pela notoriedade midiática, esses indivíduos utilizam o peso de seus diplomas e o simbolismo do jaleco para cancelar tratamentos sem comprovação científica.

Para o leigo, torna-se quase impossível diferenciar o profissional sério baseado em evidências do charlatão midiático, visto que ambos ostentam o mesmo título acadêmico. Essa infiltração corrói a credibilidade de toda a comunidade científica e exige uma postura muito mais firme e ágil por parte das instituições reguladoras e dos conselhos profissionais de fiscalização.

Impactos Sociais e os Riscos na Saúde Pública

As consequências práticas da proliferação pseudocientífica não se limitam ao prejuízo financeiro de quem compra produtos ineficazes. O fenômeno cobra seu preço em vidas humanas, na desestruturação de políticas sociais e no retrocesso de conquistas civilizatórias históricas.

O Movimento Antivacina e o Retorno de Epidemias Erradicadas

O impacto mais trágico e mensurável da pseudociência na atualidade é a consolidação global do movimento antivacina. Iniciado de forma moderna a partir de um artigo fraudulento publicado pelo ex-médico Andrew Wakefield em 1998 — que associava falsamente a vacina tríplice viral ao autismo —, esse movimento espalhou-se pelo mundo ocidental impulsionado pela desinformação digital.

No Brasil, um país que historicamente orgulhava-se de possuir um dos sistemas de

imunização mais eficientes do planeta (o Programa Nacional de Imunizações - PNI), a hesitação vacinal alimentada por teorias da conspiração e desinformação política provocou uma queda alarmante nas metas de cobertura vacinal nos últimos anos. O resultado prático foi o retorno do sarampo — doença que havia recebido certificado de erradicação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2016 — e o risco iminente de reintrodução da poliomielite (paralisia infantil). A pseudociência mata ao transformar decisões individuais de recusa médica em vetores de destruição da imunidade coletiva.

O Abandono de Tratamentos Oncológicos e Crônicos

Na esfera da saúde individual, as terapias alternativas baseadas em pseudociências provocam a morte silenciosa de milhares de pacientes com câncer e outras patologias graves a cada ano. Seduzidos pela promessa de uma "cura natural e sem dor" por meio de dietas alcalinas, ozonioterapia, fosfoetilonamina ou homeopatia exclusiva, muitos pacientes abandonam ou adiam o início dos tratamentos convencionais de eficácia comprovada, como a quimioterapia, a radioterapia e as cirurgias oncológicas.

Quando esses pacientes percebem que a prática alternativa falhou e decidem retornar à medicina baseada em evidências, a doença frequentemente já evoluiu para um estado de metástase irreversível. Estudos oncológicos internacionais demonstram que pacientes que optam por terapias alternativas como abordagem inicial para o câncer apresentam taxas de mortalidade significativamente maiores do que aqueles que seguem as diretrizes científicas padronizadas.

O Cenário Brasileiro: A Infiltração Institucional das PICs

O debate sobre as pseudociências no Brasil ganha contornos políticos e institucionais únicos quando analisamos a incorporação de terapias alternativas no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do programa de **Práticas Integrativas e Complementares (PICs)**.

O Debate em Torno das Práticas Integrativas no SUS

O Brasil oferece atualmente, de forma gratuita na rede pública de saúde, cerca de 29 práticas integrativas e complementares, que incluem desde a acupuntura e a fitoterapia até terapias marcadamente pseudocientíficas e esotéricas, como a homeopatia, a imposição de mãos (reiki), a constelação familiar, a cromoterapia e a aromaterapia.

A existência das PICs no SUS divide profundamente a comunidade científica, médica e política nacional. Os defensores dessas práticas argumentam que elas promovem o acolhimento

humanizado do paciente, atuam na prevenção do estresse, valorizam saberes tradicionais e reduzem a medicalização excessiva de sintomas leves, funcionando como um suporte psicossocial importante na atenção primária.

Por outro lado, cientistas, divulgadores científicos e institutos de defesa do consumidor argumentam que o financiamento estatal de práticas que falharam em testes de eficácia clínica ou que se baseiam em pressupostos místicos constitui um erro grave de gestão pública. Críticos sustentam que, em um cenário de subfinanciamento estrutural do SUS — onde faltam leitos, insumos básicos, exames de alta complexidade e medicamentos essenciais nas farmácias populares —, direcionar recursos orçamentários, tempo de equipes de saúde e espaço físico de postos de atendimento para tratamentos que não superam o efeito placebo viola os princípios constitucionais da eficiência, da moralidade administrativa e do direito à saúde baseada em evidências.

Estratégias de Enfrentamento: Divulgação Científica e Letramento Epistêmico

O combate ao fenômeno das pseudociências não pode ser feito por meio da censura autoritária ou da ridicularização simplista daqueles que acreditam nas práticas alternativas. O enfrentamento eficaz exige uma abordagem sistêmica, pedagógica e institucional de longo prazo.

O Papel da Divulgação Científica Profissional

Historicamente, os cientistas mantiveram-se confinados nos laboratórios e nas universidades, comunicando-se exclusivamente por meio de artigos densos escritos em inglês para seus pares. Esse vácuo de comunicação pública da ciência foi ocupado com maestria pelos charlatões.

Para reverter esse quadro, o fortalecimento da divulgação científica profissional na língua nacional tornou-se uma urgência democrática. O Brasil assistiu, nos últimos anos, ao surgimento de iniciativas fundamentais nesse campo, como o trabalho desenvolvido pelo Instituto Questão de Ciência (IQC), liderado pela microbiologista Natalia Pasternak, e o engajamento de cientistas de diversas áreas em canais de comunicação de massa e redes sociais. O divulgador científico atua como um tradutor cultural, tornando os conceitos complexos do método científico acessíveis, interessantes e compreensíveis para o grande público, desmascarando as fraudes com argumentos sólidos e empatia.

A Urgência da Educação Científica nas Escolas

A solução estrutural contra o avanço do obscurantismo reside na reformulação da educação científica oferecida na Educação Básica. As escolas brasileiras tradicionais costumam ensinar a ciência de forma puramente mnemônica e dogmática: os alunos são forçados a decorar fórmulas de física, nomes de organelas celulares ou a tabela periódica para passar nas provas, sem nunca compreenderem **como** a ciência sabe o que sabe.

É indispensável que o currículo escolar desloque o foco da mera memorização de conteúdos para o ensino do método científico e do pensamento crítico. Os estudantes precisam aprender a formular hipóteses, entender o papel do grupo controle em um experimento, identificar falácias lógicas, reconhecer vieses cognitivos e desenvolver a habilidade de avaliar a credibilidade de fontes de informação na internet. O letramento científico funciona como uma vacina cognitiva: um indivíduo treinado para pensar criticamente torna-se imune às promessas fáceis e perigosas do charlatanismo pseudocientífico.

CONCLUSÃO

O exame aprofundado do fenômeno das pseudociências na atualidade revela que não estamos diante de uma mera disputa intelectual de teorias acadêmicas, mas diante de uma batalha ética e política central pela preservação dos fundamentos da sociedade democrática e da dignidade humana. O conhecimento científico, edificado a duras penas ao longo de séculos de história humana, não representa uma opinião entre outras em um mercado de crenças equivalentes; ele é o único patrimônio metodológico universal capaz de purificar o olhar humano de seus preconceitos, superstições e interesses pessoais para desvelar a realidade do mundo.

Permitir que as pseudociências colonizem as políticas de saúde pública, a formação de profissionais, o ambiente escolar e os canais de comunicação social significa retroceder a um modelo de sociedade governado pelo medo, pelo misticismo autoritário e pela lei do mais forte — onde o charlatão mais carismático ou o algoritmo digital mais agressivo dita o que é a verdade. A negligência diante do obscurantismo custa caro: ceifa vidas nos hospitais, destrói a cobertura vacinal coletiva, desvia recursos públicos escassos de tratamentos legítimos e aprofunda o sofrimento psíquico por meio de discursos de auto culpabilização.

Defender a ciência e o método empírico na atualidade, portanto, é um imperativo humanitário e um compromisso de responsabilidade social inalienável. Exige a mobilização corajosa de cientistas para além dos muros universitários, a regulação ética e ágil das plataformas digitais por parte do Estado, a atuação firme dos conselhos de fiscalização profissional e a refundação de uma

educação que ensine as novas gerações a duvidar com método e a pensar com rigor. A racionalidade científica, aliada a uma ética humanista intransigente, continua a ser a ferramenta mais poderosa e o porto seguro mais confiável para garantir a emancipação do sujeito, a segurança da coletividade e a construção de um futuro genuinamente iluminado pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Unimarco, 1998.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS**. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORNELLAS, Maria Hermínia; JANNUZZI, Gilberta. **História da ciência e educação: embates e perspectivas no cenário nacional**. Campinas: Autores Associados, 2002.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. **Ciência no cotidiano: viva a razão. Abaixo a ignorância!** São Paulo: Contexto, 2019.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. **Que bobagem!: Pseudociências e outros absurdos que**

não passam no teste da ciência. São Paulo: Contexto, 2023.

PENNA, Antonio Gomes. **Introdução à história e epistemologia da Psicologia.** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

REGO, Teresa Cristina. **A ciência e a formação do pensamento crítico: contribuições histórico-culturais.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **A psicologia, as políticas públicas e o compromisso com a evidência.** In: Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 21, n. 1, p. 26-35, 2001.

O DESAFIO DA DEMARCAÇÃO CIENTÍFICA NA PSICOLOGIA

Autor (a): Joana Batista de Souza

RESUMO

O problema da demarcação — a busca por critérios objetivos que distingam a ciência da pseudociência, da metafísica e do mito — foi formulado em termos modernos por Karl Popper e permanece central na filosofia da ciência, pois define quais conhecimentos recebem financiamento público, quais práticas integram os sistemas de saúde e quem pode exercer profissões regulamentadas. Transposto para a Psicologia, o problema se intensifica. Desde sua fundação como disciplina independente, no final do século XIX, a Psicologia oscila entre o rigor experimental das ciências naturais e a necessidade de compreender a subjetividade, o significado e a cultura, desenvolvendo-se como um conjunto plural de matrizes teóricas frequentemente em conflito. Diante desse pluralismo metodológico radical, como estabelecer critérios de demarcação científica? A questão torna-se urgente no século XXI, com a explosão de terapias e técnicas que reivindicam status "científico" ou "neurocomprovado" sem lastro empírico. No Brasil, somam-se o papel fiscalizador do Sistema Conselhos de Psicologia e as tensões geradas pelas Práticas Baseadas em Evidências. Este artigo revisa os principais modelos epistemológicos da demarcação, mapeia as peculiaridades da Psicologia, discute as pseudociências e os neuromitos e analisa a regulação nacional, propondo um modelo que equilibre rigor metodológico e sensibilidade às especificidades humanas.

Palavras-chave: problema da demarcação; epistemologia da psicologia; práticas baseadas em evidências.

INTRODUÇÃO

Para compreender o desafio da demarcação na Psicologia, é indispensável resgatar as fundações filosóficas que estruturaram essa discussão ao longo do século XX. O ponto de partida inevitável é Karl Popper e sua rejeição ao indutivismo lógico do Círculo de Viena.

Os positivistas lógicos argumentavam que o critério de demarcação era a *verificabilidade*: uma teoria seria científica se pudesse ser confirmada ou verificada pela observação empírica.

Popper inverteu radicalmente essa lógica. Ele percebeu que acumular confirmações para uma teoria é uma tarefa perigosamente fácil se o investigador estiver procurando por elas. Em sua obra clássica *A Lógica da Pesquisa Científica*, Popper ilustra esse argumento comparando a Astrologia, a Psicanálise freudiana e o Materialismo Histórico marxista com a Teoria da Relatividade de Albert Einstein.

Enquanto os astrólogos, marxistas e psicanalistas encontravam confirmações de suas teorias em absolutamente qualquer evento cotidiano ou comportamento humano, a teoria de Einstein destacava-se por fazer previsões arriscadas, precisas e altamente improváveis. Se as observações astronômicas durante o eclipse de 1919 não tivessem mostrado o desvio da luz pela gravidade solar exatamente na magnitude prevista, a teoria de Einstein teria sido sumariamente refutada.

Portanto, Popper estabeleceu a falseabilidade (ou refutabilidade) como o verdadeiro critério de demarcação. Uma teoria só é científica se for empiricamente informativa, o que significa que ela deve proibir a ocorrência de certos fatos. Ela deve declarar explicitamente: "se o evento X ocorrer, minha teoria está errada". Se uma teoria consegue explicar tanto o comportamento de um homem que empurra uma criança na água com a intenção de afogá-la quanto o de um homem que sacrifica sua vida para salvar essa criança (crítica comum de Popper à flexibilidade da psicanálise), ela não é falsa, mas, para Popper, ela carece de status científico; habita o reino da metafísica ou do mito.

CRITÉRIO DE DEMARCAÇÃO DE POPPER

Estatuto Científico - Natureza Não Científica / Metafísica

Teoria Falseável - Teoria Auto-Imunizante |

Faz previsões arriscadas e estritas - Explica qualquer cenário imaginável

Proíbe ocorrência de certos fatos - Não pode ser refutada por dados empíricos

Exemplo: Neurociência Cognitiva - Exemplo: Astrologia / Psicanálise Ortodoxa

Thomas Kuhn e a Ciência Normal

A visão popperiana, embora elegante, foi duramente criticada por sua incompatibilidade com a história real da ciência. Thomas Kuhn, em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, demonstrou que os cientistas reais não abandonam suas teorias ao primeiro sinal de uma anomalia ou dado falseador. Em vez disso, eles operam dentro de um paradigma — um conjunto de crenças, valores, técnicas e pressupostos teóricos compartilhados por uma comunidade científica.

Para Kuhn, a demarcação não se dá pela presença da falseabilidade, mas pela existência

de um período de ciência normal: uma fase em que os cientistas estão engajados na resolução de "quebra-cabeças" (*puzzles*) orientados pelo paradigma vigente, sem questionar as fundações do próprio modelo. Uma disciplina só atinge a maioria científica quando consegue estabelecer um paradigma dominante que encerre as disputas intermináveis sobre os fundamentos básicos da área.

Imre Lakatos e os Programas de Pesquisa

Buscando sintetizar o rigor normativo de Popper com o realismo histórico de Kuhn, Imre Lakatos propôs que a ciência é constituída por Programas de Pesquisa Científica. Cada programa possui um "núcleo firme" (*hard core*) de hipóteses teóricas centrais que são protegidas de modificações por um "cinturão protetor" (*protective belt*) de hipóteses auxiliares.

De acordo com Lakatos, um programa de pesquisa não pode ser descartado por causa de uma única observação contrária. O critério de demarcação reside em avaliar se o programa é **progressivo** ou **degenerativo**:

- **Programa Progressivo:** Quando suas modificações teóricas no cinturão protetor levam à previsão e à descoberta de fatos novos e inesperados.
- **Programa Degenerativo:** Quando o modelo cresce apenas para criar hipóteses *ad hoc* para se defender dos dados empíricos que o contradizem, sem gerar novos conhecimentos ou descobertas.

A transição de um programa de pesquisa para outro ocorre quando um modelo progressivo demonstra maior capacidade heurística e poder preditivo do que o modelo degenerativo concorrente.

A Identidade Epistemológica da Psicologia: Uma Ciência Plural ou Pré-Paradigmática?

Ao aplicarmos as coordenadas de Popper, Kuhn e Lakatos à Psicologia, a tentativa de traçar uma linha divisória simples colide com a própria natureza histórica da disciplina. Se adotarmos rigidamente o critério de Kuhn, a Psicologia seria classificada como uma disciplina **pré-paradigmática** ou **multi-paradigmática**. Ao contrário da Física ou da Química, onde há um consenso básico sobre as leis fundamentais da matéria, a Psicologia abriga visões radicalmente incompatíveis sobre o que é o seu próprio objeto de estudo e qual o método legítimo para investigá-lo.

A Fragmentação do Objeto de Estudo

Para o behaviorismo radical de B. F. Skinner, o objeto da Psicologia é o comportamento observável dos organismos em interação com seu ambiente, rejeitando qualquer explicação mentalista ou internalista. Para a psicologia cognitiva, o foco reside justamente nos processos mentais internos (percepção, memória, atenção, tomada de decisão) tratados como sistemas de processamento de informação. Para a psicanálise, o núcleo da atividade humana repousa no dinamismo do inconsciente, inacessível pela introspecção direta ou pela experimentação laboratorial tradicional. Já a psicologia fenomenológica foca na experiência vivida e na intencionalidade da consciência.

Cada uma dessas escolas possui suas próprias revistas científicas, seus próprios congressos, critérios de validação e jargões técnicos. O que o behaviorista considera um "dado empírico robusto" pode ser visto pelo fenomenólogo como um "reducionismo artificial desprovido de sentido humano". O que o psicanalista interpreta como uma "manifestação de transferência inconsciente" pode ser lido pelo terapeuta cognitivo-comportamental como um "viés cognitivo a ser reestruturado".

Monismo Metodológico versus Pluralismo Epistemológico

Essa fragmentação gera um dilema ético e acadêmico permanente. Se a comunidade científica adotar um monismo metodológico — ditando que a única Psicologia legítima e científica é aquela que se submete aos cânones experimentais e quantitativos das ciências naturais —, correntes inteiras de inegável valor histórico, social e clínico seriam sumariamente excluídas e empurradas para a margem da pseudociência. Abordagens qualitativas, estudos de caso profundos e análises institucionais seriam desqualificados.

Por outro lado, adotar um pluralismo epistemológico radical e irrestrito — sob o lema relativista do "tudo vale" (*anything goes*) de Paul Feyerabend — abre as comportas para o charlatanismo, a irresponsabilidade terapêutica e a diluição completa do estatuto científico da profissão. Se qualquer narrativa sobre a mente e o sofrimento for considerada igualmente válida apenas porque faz sentido para o sujeito ou para o terapeuta, a Psicologia perde sua autoridade social e científica, tornando-se indistinguível da autoajuda mística ou das práticas religiosas.

Portanto, o desafio da demarcação na Psicologia não reside em encontrar uma régua metodológica universal que sirva para todas as subáreas, mas em construir critérios locais de rigor e consistência interna que impeçam a infiltração de discursos fraudulentos sem aniquilar a riqueza conceitual da pluralidade psicológica.

Pseudociências e Práticas Alternativas na Saúde Mental Contemporânea

A ausência de um consenso paradigmático estrito na Psicologia atua como um facilitador involuntário para a proliferação de pseudociências. No vácuo deixado pelas disputas teóricas da academia, floresce um mercado multibilionário de intervenções que adotam a roupagem da ciência para vender certezas terapêuticas rápidas e sem dor.

Características das Pseudociências Psicológicas

Para que o psicólogo e o pesquisador possam identificar essas armadilhas, é necessário elencar as características estruturais que definem o discurso pseudocientífico na saúde mental:

1. **Uso Invertido do Ônus da Prova:** Os defensores da técnica não apresentam evidências sólidas de sua eficácia; em vez disso, exigem que os críticos provem categoricamente que a técnica *não* funciona (uma impossibilidade lógica na ciência).
2. **Dependência Excessiva de Relatos Anekdoticos:** A validação da abordagem baseia-se quase exclusivamente em depoimentos pessoais de pacientes satisfeitos ou de profissionais entusiastas ("funcionou comigo", "transformou a vida da minha cliente"). Ignora-se deliberadamente o efeito placebo, a regressão à média (a tendência natural do sofrimento humano de melhorar após um pico de crise) e o viés de confirmação.

Linguagem Obscurantista e Tecnicista:

Utilização hiperbólica de termos importados de ciências de alto prestígio, como a Física Quântica ou as Neurociências, sem qualquer conexão matemática, conceitual ou empírica real. Expressões como "cura quântica", "reprogramação do DNA mental", "frequências vibracionais da mente" e "sinapses quânticas" servem para intimidar o leigo e simular autoridade acadêmica.

Ausência de Mecanismo de Autocorreção:

Enquanto as ciências legítimas se caracterizam pela revisão constante de seus conceitos em face de novas descobertas, os dogmas pseudocientíficos permanecem imutáveis, frequentemente blindados por teorias conspiratórias que acusam a "ciência oficial" ou a "indústria farmacêutica" de boicotar suas descobertas revolucionárias.

O Fenômeno do "Neuromito" e a Neuroesnobaria

Um dos maiores desafios contemporâneos da demarcação na Psicologia é o que Scott Lilienfeld chamou de neuroesnobaria (*neurosnobbery*). Trata-se do uso injustificado e sedutor de

imagens de ressonância magnética funcional (fMRI) e jargões neurobiológicos para mascarar teorias psicológicas frágeis ou intervenções sem eficácia comprovada.

Estudos experimentais de psicologia cognitiva já demonstraram que explicações sobre o comportamento humano que incluem dados neurocientíficos irrelevantes são consideradas significativamente mais críveis, lógicas e científicas pelo público leigo (e até por estudantes de Psicologia) do que as mesmas explicações sem o verniz neurológico. Essa fascinação cega pelo cérebro cria um terreno fértil para pseudociências que prometem "ativar áreas cerebrais adormecidas" ou "mapear o perfil profissional através das ondas cerebrais", operando uma demarcação reversa: simula-se o topo do rigor físico-químico para contrabandear conteúdos puramente especulativos ou mercadológicos.

O Movimento das Práticas Baseadas em Evidências em Psicologia (PBEP)

Como resposta direta à proliferação de terapias sem fundamentação e buscando elevar o padrão de confiabilidade da prática clínica, consolidou-se mundialmente o movimento das Práticas Baseadas em Evidências em Psicologia (PBEP). Inspirado na Medicina Baseada em Evidências, esse modelo foi formalizado pela *American Psychological Association* (APA) em 2005 e tem provocado intensos debates no Brasil.

O Tripé das Práticas Baseadas em Evidências

A PBEP não se resume, como pensam seus críticos mais ferrenhos, à aplicação mecânica de manuais de tratamento validados em laboratório. Ela é definida explicitamente pela integração equilibrada de três pilares fundamentais:

Práticas baseadas em evidências em psicologia

Melhores Evidências	Expertise Clínica	Preferências e
Científicas	do Profissional	Características
Disponíveis		do Paciente

1. **Melhores Evidências Científicas Disponíveis:** Resultados extraídos de pesquisas metodologicamente rigorosas (como ensaios clínicos controlados aleatorizados, revisões sistemáticas e meta-análises) que investigam a eficácia e a segurança das intervenções.

2. **Expertise Clínica do Profissional:** A competência técnica, o julgamento clínico e as habilidades relacionais adquiridas pelo psicólogo através de treinamento rigoroso e experiência prática, essenciais para identificar as nuances de cada caso.

3. **Preferências e Características do Paciente:** O respeito aos valores culturais, histórico pessoal, preferências individuais e direitos do sujeito que busca o atendimento. O tratamento deve fazer sentido dentro do universo existencial do paciente.

Críticas e Resistências no Cenário Brasileiro

A recepção da PBEP no ecossistema da Psicologia brasileira enfrenta resistências profundas de caráter epistemológico e ideológico. Setores acadêmicos de orientação histórico-social, fenomenológica e psicanalítica argumentam que o modelo de evidências privilegia desproporcionalmente delineamentos experimentais positivistas que reduzem a complexidade da existência humana a sintomas quantificáveis e categorias diagnósticas biomédicas (como as do DSM-5).

Argumenta-se que a tentativa de padronizar a clínica psicológica por meio de ensaios clínicos mimetiza a lógica de mercado da indústria farmacêutica, transformando o sofrimento subjetivo em uma disfunção biológica ou comportamental a ser corrigida rapidamente para reinserir o indivíduo na máquina produtiva capitalista. Essa crítica alerta para o risco de uma "ditadura metodológica" que deslegitimize dimensões da Psicologia voltadas para a emancipação social, a crítica política e o acolhimento do sofrimento ético-político.

Esse tensionamento expõe o cerne do problema da demarcação: a definição de "ciência" não é neutra; ela carrega consigo visões de mundo implícitas e disputas pelo poder de definir o que é o humano e o que constitui a verdade sobre a mente.

Regulação Profissional e Ética da Ciência Psicológica no Brasil

No Brasil, a demarcação científica da Psicologia deixa de ser apenas uma controvérsia epistemológica nos corredores das universidades e adquire um estatuto estritamente jurídico e administrativo por meio do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP/CRP), criado pela Lei nº 5.766/1971.

O Código de Ética e os Deveres Fundamentais

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) aborda a questão da demarcação de forma direta em suas responsabilidades fundamentais. O Artigo 1º, alínea "c", estabelece que é dever do psicólogo:

"Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência

psicológica, na ética e na legislação profissional."

Portanto, o profissional brasileiro não possui liberdade irrestrita para utilizar qualquer técnica dentro do seu consultório apenas sob a justificativa de sua crença pessoal ou eficácia anedótica. Há uma vinculação legal expressa entre o exercício da profissão e o patrimônio de conhecimentos validados pela "ciência psicológica".

O papel do CFP e de Comissões Consultivas

O Conselho Federal de Psicologia atua ativamente como a agência governamental demarcatória da profissão no país. Por meio de Resoluções normativas, o CFP proíbe expressamente ou regulamenta o uso de determinadas abordagens. Historicamente, destacam-se:

- **A Proibição de Práticas de Cura Gay (Resolução CFP nº 001/1999):** Esta resolução estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual, proibindo categoricamente qualquer ação que favoreça a patologização ou a tentativa de mudança da orientação homoafetiva. A demarcação aqui opera de forma ética e científica: a homossexualidade foi despatologizada pelas ciências da saúde mundiais e as terapias de conversão causam danos severos, carecendo de qualquer fundamentação empírica ou teórica legítima.

- **O Reconhecimento da Avaliação Psicológica e do Uso de Testes:** O CFP gerencia o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Um teste psicológico só pode ser comercializado e utilizado por profissionais se passar por uma análise técnica rigorosa que comprove suas qualidades psicométricas: validade, precisão e padronização para a população brasileira. Trata-se de uma demarcação técnica estrita baseada em critérios estatísticos e empíricos mensuráveis.

- **A Posição sobre Práticas Alternativas / Integrativas:** O CFP tem mantido uma postura de constante vigilância em relação à inserção da Psicologia nas Práticas Integrativas e Complementares (PICS) do Ministério da Saúde. Técnicas como Constelação Familiar, Barras de Access e Florais de Bach são frequentemente alvo de pareceres que alertam que o psicólogo não pode associar o título profissional a abordagens que não possuam fundamentação científica validada na ciência psicológica. O profissional pode estudá-las pessoalmente, mas comete infração ética se as vender ou aplicar como se fossem intervenções derivadas da Psicologia Científica.

Proposta de um Modelo de Demarcação Dinâmica e Pluralista para a Psicologia

Diante de todo o cenário exposto — as tensões entre o rigor de Popper e as demandas

sociais de Kuhn, a proliferação das pseudociências mercadológicas e o risco do reducionismo cientificista —, faz-se necessário propor um modelo de demarcação que supere a dicotomia estéril entre o dogmatismo positivista e o relativismo irresponsável. Defendemos a necessidade de uma Demarcação Dinâmica e Pluralista, baseada em três eixos integrados:

Rigor Conceitual e Coerência Interna

Toda abordagem que pleiteie o status de legítima na Psicologia deve apresentar uma teoria estruturada, com conceitos operacionais claros e livres de contradições internas insolúveis. Seus pressupostos ontológicos (o que ela assume que é o ser humano) devem estar em consonância com seus métodos práticos. Modelos que mudam o significado de seus termos centrais a cada nova crítica, agindo como enguias teóricas autoimunizantes, devem ser vistos com profunda desconfiança epistemológica.

Compromisso de Transparência Empírica

Independentemente de a abordagem ser de natureza quantitativa (focada em números e experimentos) ou qualitativa (focada em sentidos, discursos e análises textuais), ela deve se submeter ao escrutínio da comunidade científica por meio de critérios públicos e replicáveis de avaliação.

A pesquisa qualitativa possui seus próprios critérios de rigor empírico — como a triangulação de dados, a reflexividade do pesquisador, a saturação teórica e a transparência metodológica absoluta. O que define a cientificidade não é o uso obrigatório da estatística, mas a recusa inequívoca em ocultar dados divergentes e a disposição sistemática em submeter suas hipóteses ao teste da realidade concreta, permitindo que outros pesquisadores possam seguir o mesmo caminho investigativo para checar a solidez das conclusões.

O Primado da Ética e da Redução de Danos

O critério final e supremo de demarcação na Psicologia Aplicada deve ser de natureza ética e pragmática: *A intervenção demonstra-se segura, benéfica e respeitadora dos direitos humanos básicos do paciente?* Práticas que geram dependência psicológica crônica do terapeuta, que isolam o indivíduo de sua rede de apoio social, que culpabilizam a vítima por suas patologias ou que promovem preconceitos institucionais violam o núcleo ético indissociável da ciência psicológica. Uma abordagem que cura sintomas à custa da desumanização ou da violação da dignidade do sujeito falha no teste de demarcação de uma ciência humanamente orientada.

CONCLUSÃO

O desafio da demarcação científica na Psicologia não é uma fronteira estática a ser desenhada de uma vez por todas por um decreto filosófico ou por uma resolução corporativa imutável. Ele constitui um processo contínuo, tenso e autorreflexivo de autopolicamento e debate que acompanha o próprio desenvolvimento histórico da humanidade.

A Psicologia, por sua posição única e privilegiada como ciência de fronteira — articulando o substrato neurobiológico do organismo com as determinações histórico-sociais da cultura e as profundezas subjetivas da psique —, não pode e não deve se curvar aos ditames de um reducionismo metodológico que aliene a complexidade do seu objeto de estudo. Forçar a Psicologia a caber inteiramente na fôrma positivista clássica das ciências físicas equivale a silenciar as vozes e as dimensões que fazem dela uma disciplina vital para o acolhimento do sofrimento humano e para a promoção da emancipação social.

No entanto, essa recusa ao cientificismo cego jamais pode ser utilizada como um escudo retórico para justificar a complacência, o oportunismo de mercado ou a invasão de charlatanismos e misticismos comerciais travestidos de ciência. A responsabilidade social e legal da Psicologia perante a sociedade exige um rigor inabalável no combate às pseudociências que lucram com o desespero e com a vulnerabilidade psíquica das pessoas.

O caminho para o futuro da Psicologia consolidada como ciência reside na maturidade de sustentar um pluralismo metodológico ético, transparente e autocrítico. As diferentes matrizes teóricas e práticas devem compartilhar um compromisso comum: a submissão de suas teses ao escrutínio público, a busca incessante pela validação empírica e qualitativa de suas ações e a fidelidade irrestrita à dignidade humana. É nessa tensão produtiva, equilibrando o rigor da inteligência crítica com a sensibilidade acolhedora do olhar clínico, que a Psicologia reafirma seu estatuto científico singular e cumpre seu papel ético fundamental perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. 3. ed. São Paulo: Petrópolis, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília:

CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/1999, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.** Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LAKATOS, Imre. **A metodologia dos programas de pesquisa científica.** Tradução de Marcelo Brandão. Lisboa: Edições 70, 1989.

LILIENFELD, Scott O.; AMMIRATI, Rachel; DAVID, M. **Pseudociência e saúde mental: por que os psicólogos clínicos precisam ser céticos.** In: Revista de Psicologia Cética e Crítica, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 45-62, 2018.

LAURENTI, Carolina. **O problema da demarcação científica: Popper, Kuhn e as perspectivas para a Psicologia.** Estudos de Psicologia (Natal), Natal, v. 17, n. 2, p. 289-296, 2012.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica.** Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, Jusamara (Org.). **Aprender e ensinar música no cotidiano.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O PAPEL DO ADULTO NA MUSICALIZAÇÃO INFANTIL: MEDIADOR E NÃO INSTRUTOR

Autor(a): Marcell Pascon Nicoletti

RESUMO

O adulto (educador ou familiar) desempenha um papel fundamental na musicalização infantil, não como um instrutor técnico que ensina teoria musical ou cobra execução correta, mas como um mediador afetivo e lúdico que organiza experiências significativas. Ser mediador significa: criar um ambiente rico em estímulos sonoros, oferecer modelos a serem imitados, participar ativamente das brincadeiras musicais, fazer perguntas que aguçam a escuta, valorizar as produções espontâneas da criança e, acima de tudo, demonstrar prazer e envolvimento genuíno com a música. Diferentemente do instrutor – que prioriza resultados técnicos, repetição mecânica e pode gerar ansiedade ou desinteresse – o mediador respeita o tempo e a curiosidade da criança, permitindo a exploração livre, o erro como parte da aprendizagem e a criação autônoma. A atitude do adulto que canta desafinado, mas com alegria, é mais potente do que a de um técnico distante. Assim, a musicalização eficaz na primeira infância depende menos de conhecimentos especializados e mais da disposição do adulto para brincar, sentir e compartilhar a música como experiência de vida.

Palavras-chave: Mediação; Ludicidade; Afeto.

INTRODUÇÃO

O adulto – educador ou familiar – atua como mediador da experiência musical, não como instrutor técnico. Seu papel é organizar um ambiente rico em oportunidades musicais, oferecer modelos a serem imitados, fazer perguntas que provoquem a escuta atenta e a reflexão, participar das atividades com envolvimento genuíno, e valorizar as produções espontâneas da criança. Não se trata de ensinar teoria musical, mas de vivenciar a música de forma significativa.

Um erro comum é acreditar que é preciso ter conhecimentos técnicos profundos para musicalizar crianças pequenas. Na verdade, o mais importante é a disposição para cantar, dançar, explorar sons e brincar com a música. O adulto que canta desafinado, mas que canta com prazer e entrega, é um modelo muito mais potente do que aquele que domina a técnica, mas interage de forma distante ou hierárquica.

FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Apesar da centralidade da musicalização na educação infantil, muitos cursos de formação de professores oferecem carga horária reduzida ou inexistente nessa área. É urgente que os currículos de pedagogia e de licenciaturas em educação infantil incluam disciplinas obrigatórias de musicalização, com ênfase na prática lúdica, na construção de repertório, na exploração de materiais sonoros e na metodologia de projetos musicais. Educadores bem preparados sentem-se mais confiantes e criativos para incluir a música como elemento cotidiano, e não como atividade pontual ou decorativa.

A formação continuada também é essencial. Oficinas, cursos de extensão, grupos de estudo e materiais de apoio podem ajudar os educadores que já atuam a aprimorar suas práticas e a compartilhar experiências bem-sucedidas. Redes colaborativas entre escolas e creches são um recurso valioso para a troca de repertório, de propostas e de reflexões.

ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA

A musicalização não deve restringir-se ao ambiente institucional; ela precisa ser vivida também no contexto familiar. Os pais e cuidadores podem ser incentivados a cantar para as crianças, a ouvir música com elas, a dançar juntos, a construir pequenos instrumentos caseiros, a inventar canções para as rotinas domésticas. Quando a família valoriza e pratica a música, a criança percebe que não se trata de uma atividade escolar isolada, mas de uma dimensão importante da vida.

O educador pode apoiar esse envolvimento familiar compartilhando repertórios, sugerindo atividades simples para o cotidiano, oferecendo oficinas abertas e valorizando as contribuições musicais das famílias – uma canção que a avó ensinou, um instrumento vindo de outra cultura, uma dança típica da região. A diversidade musical presente nas famílias é um patrimônio a ser celebrado e compartilhado no grupo. Desafios e perspectivas para a implementação da musicalização Falta de tempo e priorização curricular

Um dos principais desafios é a escassez de tempo dedicado à musicalização nos currículos da educação infantil, especialmente quando há pressão por resultados precoces em alfabetização e numeramento. Muitas vezes, a música é tratada como atividade opcional ou recreação, sendo a primeira a ser sacrificada quando o cronograma aperta. É necessário um reposicionamento conceitual: a musicalização não compete com outras aprendizagens, mas as potencializa. Crianças musicalizadas tornam-se mais atentas, mais cooperativas, mais criativas – condições essenciais

para qualquer tipo de aprendizagem.

A integração curricular é uma estratégia promissora. Em vez de uma “aula de música” isolada, a musicalização pode permear todas as áreas de experiência: contos musicados na literatura, canções de contagem na matemática, ritmos associados a fenômenos naturais nas ciências, danças de diferentes culturas nos estudos sociais. Essa abordagem integrada maximiza o tempo disponível e mostra a música como recurso transversal. Recursos materiais e espaços

Muitas instituições carecem de instrumentos musicais de qualidade, de espaços adequados para atividades sonoras (que não perturbem outras atividades), de equipamentos de reprodução sonora e de acervos de música infantil diversificada. É preciso investir na aquisição de conjuntos de percussão infantil (tambores, chocalhos, xilofones, sinetas), na organização de uma biblioteca musical com canções de diferentes gêneros e culturas, na adaptação de espaços para vivências rítmico-corporais.

Entretanto, a falta de recursos não deve ser desculpa para a ausência de musicalização. Múltiplas atividades podem ser realizadas com o próprio corpo (palmas, estalos, pisadas, vocalizações) e com objetos do cotidiano (panelas, potes, colheres, caixas, garrafas). O fundamental é a intencionalidade pedagógica, não a sofisticação dos materiais. Tradicionalismo e resistência metodológica

Ainda persiste uma visão tradicionalista do ensino de música como treino técnico, leitura de partituras, repetição mecânica e disciplina rígida. Essa visão é inadequada e mesmo prejudicial para a primeira infância, pois sufoca a espontaneidade, a exploração e o prazer. É necessário superar essa herança e adotar abordagens ativas, lúdicas e centradas na criança. Isso exige não apenas formação dos educadores, mas também uma mudança cultural profunda nas escolas e na sociedade.

FORMAÇÃO DE REPERTÓRIO

Outro desafio é a disponibilidade de um repertório adequado para a musicalização infantil. Muitas canções tradicionais contêm letras com preconceitos, violência, visões distorcidas da infância ou ideologias ultrapassadas. O profissional precisa ter autonomia para selecionar, adaptar e até recriar o repertório, privilegiando canções que respeitem a criança, valorizem a diversidade, expressem afetos positivos e abordem temas relevantes para seu desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, é importante ampliar o repertório para além das cantigas infantis clássicas. Música popular de qualidade, canções de diferentes regiões e culturas, peças instrumentais, música clássica com elementos acessíveis à criança, canções em outras línguas –

tudo isso amplia o horizonte musical e cultural da criança, preparando-a para uma escuta mais aberta e reflexiva. Recomendações práticas para educadores e famílias Cantar diariamente com a criança, em momentos previsíveis da rotina. Oferecer oportunidades para a criança explorar livremente instrumentos e objetos sonoros. Alternar momentos de música ativa (cantar, dançar, tocar) com momentos de escuta atenta (ouvir uma peça instrumental, identificar sons do ambiente). Valorizar a produção espontânea da criança – uma cantiga inventada, uma dança original, uma batida diferente – sem correção ou julgamento técnico. Construir instrumentos simples com materiais recicláveis e utilizá-los em atividades coletivas. Dançar com a criança, sem se preocupar com a performance estética. Gravar as produções musicais da criança e ouvi-las juntas, valorizando sua autoria. Frequentar apresentações musicais adequadas à idade – concertos infantis, espetáculos de teatro musical, saraus comunitários. Diversificar o repertório sonoro: diferentes gêneros, diferentes culturas, diferentes épocas. Nunca forçar a participação da criança que não está interessada no momento; oferecer alternativas e convidar novamente em outro dia. Lembrar que o principal instrumento musical é o corpo – e que ele está sempre disponível.

Essas práticas, quando incorporadas naturalmente ao dia a dia, potencializam o desenvolvimento cognitivo, linguístico, socioemocional, motor e criativo da criança, consolidando a música como um eixo estruturante da educação infantil.

CONCLUSÃO

A musicalização infantil não se sustenta na transmissão de conteúdos teóricos ou no treino de habilidades técnicas, mas na qualidade da presença do adulto como parceiro de brincadeira. Quando o adulto assume o papel de mediador – cantando, dançando, explorando sons e valorizando o processo criativo da criança – ele promove um ambiente de segurança, afeto e descoberta, condições essenciais para o desenvolvimento integral. Por outro lado, a postura de instrutor, centrada na correção e no desempenho, sufoca a espontaneidade e pode transformar a música, que deveria ser fonte de prazer, em obrigação ou fonte de frustração.

Portanto, o grande instrumento de musicalização não é o piano ou o violão, mas o próprio adulto disposto a brincar. Cantar fora do tom, dançar sem coreografia, imitar os gestos da criança e rir junto com ela são ações muito mais transformadoras do que qualquer método formal. A conclusão é clara: formar mediadores – e não instrutores – é o verdadeiro caminho para que a música se enraíze como linguagem viva na primeira infância, nutrindo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social com leveza, criatividade e vínculo humano.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. de. Ensaio sobre a música brasileira. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.
- BELLOCHIO, C. R. Educação musical e cidadania: um olhar para a infância. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. (3 volumes).
- BRITO, T. A. de. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Petrópolis, 2003.
- BRITO, T. A. de. Um jogo chamado música: escuta, experiência e criação. São Paulo: Petrópolis, 2012.
- FONTEERRADA, M. T. O. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- GAINZA, V. H. de. Estudos de psicopedagogia musical. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- JEANDOT, N. Explorando o universo da música. São Paulo: Scipione, 1997.
- KOELLREUTTER, H. J. Educação musical: uma introdução. Curitiba: Editora da UFPR, 1984.
- LOUREIRO, A. M. A. O ensino da música na escola fundamental. Campinas: Papirus, 2003.
- MATEIRO, T. A educação musical nas séries iniciais: olhares e práticas. Florianópolis: Editora da UDESC, 2008.
- NOGUEIRA, M. A. Música, infância e formação de professores. Goiânia: Editora da UFG, 2011.
- QUEIROZ, L. R. S. Educação musical e diversidade: repensando práticas pedagógicas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.
- SCHAFER, R. M. O ouvido pensante. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SOUZA, J. (Org.). Música, educação e cultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FUNDAMENTANDO A PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES

Autor(a): Marcell Pascon Nicoletti

RESUMO

A Psicologia das Organizações constitui um campo essencial para compreender as relações humanas no ambiente de trabalho, integrando aspectos comportamentais, sociais e estruturais que influenciam o desempenho e o bem-estar dos indivíduos. Este artigo apresenta uma abordagem ampla sobre os fundamentos da Psicologia Organizacional, destacando sua evolução histórica, principais teorias, práticas aplicadas e desafios contemporâneos. Ao analisar conceitos como cultura organizacional, motivação, liderança, clima organizacional e saúde mental no trabalho, busca-se compreender como esses elementos impactam tanto os resultados das organizações quanto a qualidade de vida dos trabalhadores. Além disso, discute-se o papel estratégico do psicólogo organizacional frente às transformações do mundo do trabalho, incluindo a digitalização, a diversidade e a sustentabilidade.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional; Comportamento Humano; Trabalho.

INTRODUÇÃO

A Psicologia das Organizações emerge como um campo interdisciplinar que investiga o comportamento humano no contexto do trabalho. Seu foco principal está na compreensão das interações entre indivíduos, grupos e estruturas organizacionais, visando promover ambientes mais saudáveis, produtivos e sustentáveis. O interesse por esse campo cresce à medida que as organizações reconhecem que seus resultados não dependem apenas de processos técnicos ou financeiros, mas principalmente das pessoas que as compõem. Nesse sentido, compreender fatores como motivação, liderança, comunicação e cultura organizacional torna-se fundamental. Este artigo tem como objetivo apresentar os fundamentos da Psicologia das Organizações, abordando sua evolução, principais conceitos teóricos e aplicações práticas no contexto contemporâneo.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES

A Psicologia Organizacional teve início no contexto da Revolução Industrial, quando surgiram as primeiras preocupações com produtividade e eficiência no trabalho. Inicialmente, predominava uma visão mecanicista do trabalhador, considerado apenas como parte de um sistema produtivo. Com o passar do tempo, novas abordagens passaram a valorizar os aspectos humanos do trabalho. Estudos sobre relações interpessoais, motivação e satisfação começaram a ganhar espaço, dando origem a uma perspectiva mais humanizada.

Posteriormente, o campo evoluiu para incluir temas como cultura organizacional, desenvolvimento humano e qualidade de vida no trabalho. Atualmente, a Psicologia Organizacional incorpora também discussões sobre diversidade, inclusão, saúde mental e inovação.

ABORDAGEM CLÁSSICA

A abordagem clássica enfatiza a eficiência, a padronização e o controle dos processos. Nessa perspectiva, o trabalhador é visto como um agente racional, motivado principalmente por recompensas financeiras.

ABORDAGEM HUMANISTA

A abordagem humanista surge como contraponto à visão mecanicista, destacando a importância das necessidades psicológicas e sociais dos trabalhadores. Elementos como reconhecimento, pertencimento e realização pessoal passam a ser valorizados.

ABORDAGEM COMPORTAMENTAL

Essa abordagem investiga o comportamento humano dentro das organizações, analisando fatores como motivação, aprendizagem e tomada de decisão. Busca compreender como os indivíduos reagem a estímulos e como isso impacta o desempenho.

ABORDAGEM SISTÊMICA

A abordagem sistêmica considera a organização como um sistema aberto, em constante interação com o ambiente externo. Nesse contexto, as mudanças em uma parte do sistema afetam todo o conjunto.

CULTURA ORGANIZACIONAL

A cultura organizacional refere-se ao conjunto de valores, crenças, normas e práticas que orientam o comportamento dentro de uma organização. Ela influencia diretamente a forma como

as pessoas se relacionam, tomam decisões e desempenham suas funções. Uma cultura forte pode promover coesão e alinhamento, enquanto uma cultura frágil pode gerar conflitos e insegurança. A gestão da cultura organizacional é, portanto, um elemento estratégico para o sucesso das organizações.

5. CLIMA ORGANIZACIONAL

O clima organizacional diz respeito à percepção dos trabalhadores sobre o ambiente de trabalho. Ele reflete aspectos como satisfação, motivação, relações interpessoais e condições de trabalho. Um clima positivo contribui para o engajamento e a produtividade, enquanto um clima negativo pode resultar em desmotivação, absenteísmo e rotatividade.

MOTIVAÇÃO NO TRABALHO

A motivação é um dos temas centrais da Psicologia Organizacional. Ela está relacionada aos fatores que impulsionam o comportamento humano em direção a determinados objetivos. Diversas teorias buscam explicar a motivação no trabalho, considerando aspectos internos, como necessidades e valores, e externos, como recompensas e reconhecimento. A compreensão da motivação permite às organizações desenvolver estratégias mais eficazes para engajar seus colaboradores. Liderança A liderança desempenha um papel fundamental na dinâmica organizacional. Líderes influenciam comportamentos, orientam equipes e contribuem para a construção de um ambiente de trabalho saudável. Diferentes estilos de liderança podem ser adotados, dependendo do contexto e das características da equipe. A liderança eficaz é aquela que consegue equilibrar resultados organizacionais e bem-estar dos colaboradores.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A comunicação é um elemento essencial para o funcionamento das organizações. Ela permite a troca de informações, o alinhamento de objetivos e a construção de relacionamentos. Falhas na comunicação podem gerar conflitos, retrabalho e perda de produtividade. Por isso, investir em processos comunicacionais claros e eficientes é fundamental.

SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

A saúde mental tem se tornado uma preocupação crescente no contexto organizacional. Fatores como pressão por resultados, excesso de trabalho e insegurança podem impactar o bem-estar dos trabalhadores. Promover um ambiente de trabalho saudável envolve ações voltadas à

prevenção do estresse, ao apoio psicológico e à valorização do equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A diversidade nas organizações refere-se à presença de pessoas com diferentes características, como gênero, raça, idade e cultura. A inclusão, por sua vez, diz respeito à valorização dessas diferenças. Ambientes diversos e inclusivos tendem a ser mais inovadores e criativos. Além disso, promovem maior justiça social e igualdade de oportunidades.

O PAPEL DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL

O psicólogo organizacional atua na análise e intervenção sobre os processos humanos no trabalho. Suas atividades incluem recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, gestão de desempenho e promoção da saúde mental. Esse profissional também desempenha um papel estratégico, contribuindo para a tomada de decisões e o desenvolvimento organizacional.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

As organizações enfrentam diversos desafios no cenário atual, como a transformação digital, o trabalho remoto e as mudanças nas relações de trabalho. Essas transformações exigem novas competências e abordagens, tanto por parte das organizações quanto dos profissionais de Psicologia Organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia das Organizações é fundamental para compreender e melhorar as relações de trabalho. Ao integrar conhecimentos sobre comportamento humano e dinâmica organizacional, esse campo contribui para a construção de ambientes mais produtivos e saudáveis. Investir na valorização das pessoas, na promoção da saúde mental e na construção de culturas organizacionais positivas é essencial para o sucesso sustentável das organizações.

A fundamentação da Psicologia das Organizações evidencia que o desempenho organizacional está profundamente ligado à compreensão do comportamento humano no trabalho. Ao longo do desenvolvimento desse campo, tornou-se claro que fatores como cultura, liderança, motivação, comunicação e clima organizacional não são elementos isolados, mas dimensões interdependentes que moldam a dinâmica das instituições.

Nesse contexto, a Psicologia Organizacional consolida-se como uma área estratégica, capaz

de contribuir tanto para a eficiência das organizações quanto para a promoção do bem-estar dos trabalhadores. Ao integrar diferentes abordagens teóricas e práticas, ela permite analisar o indivíduo de forma mais completa, considerando suas necessidades, expectativas e interações sociais no ambiente laboral.

Além disso, diante das transformações contemporâneas, como a digitalização do trabalho, a valorização da diversidade e as crescentes demandas por saúde mental, o papel da Psicologia das Organizações torna-se ainda mais relevante. Ela não apenas acompanha essas mudanças, mas também atua como agente de transformação, propondo soluções que favoreçam ambientes mais inclusivos, saudáveis e sustentáveis.

Conclui-se, portanto, que fundamentar a Psicologia das Organizações é essencial para compreender e aprimorar as relações de trabalho, contribuindo para organizações mais humanas e eficazes. Trata-se de um campo dinâmico, em constante evolução, que exige reflexão crítica e atualização contínua para responder às demandas de um mundo do trabalho cada vez mais complexo.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de Pessoas: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Qualidade de Vida no Trabalho.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura Organizacional.

ZANELLI, José Carlos. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. BORGES-ANDRADE

CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Autor(a): Marcell Pascon Nicoletti

RESUMO

A Psicologia desempenha um papel fundamental na compreensão e na organização das relações sociais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estruturas sociais mais equilibradas, inclusivas e funcionais. Este artigo aborda a atuação da Psicologia na organização social, destacando sua importância na mediação de conflitos, na promoção do bem-estar coletivo e na construção de políticas públicas mais eficazes. Ao analisar aspectos como comportamento coletivo, identidade social, cultura, instituições e processos de socialização, evidencia-se como o conhecimento psicológico auxilia na interpretação das dinâmicas sociais e na intervenção em diferentes contextos, como educação, saúde, trabalho e comunidades. Também são discutidos os desafios contemporâneos enfrentados pela Psicologia diante das transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Conclui-se que a Psicologia é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, ao promover o entendimento das relações humanas e incentivar práticas sociais mais conscientes e integradas.

Palavras-chave: Psicologia Social; Organização Social; Comportamento Coletivo.

INTRODUÇÃO

A organização social é resultado das interações humanas ao longo do tempo, estruturando-se a partir de normas, valores, instituições e práticas coletivas. Nesse cenário, a Psicologia surge como uma ciência essencial para compreender como os indivíduos pensam, sentem e se comportam em contextos sociais. A contribuição da Psicologia na organização social vai além da análise individual, abrangendo fenômenos coletivos, relações de poder, construção de identidades e processos culturais. Ela oferece ferramentas teóricas e práticas que permitem compreender e intervir nas dinâmicas sociais, promovendo mudanças positivas. Este artigo tem como objetivo explorar as principais contribuições da Psicologia na organização social, destacando suas aplicações, desafios e relevância no contexto contemporâneo.

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO

A socialização é o processo pelo qual os indivíduos aprendem e internalizam os padrões culturais de sua sociedade. Esse processo ocorre ao longo da vida, sendo influenciado por diferentes agentes sociais. A relação entre Psicologia e organização social se desenvolveu ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais e culturais. Inicialmente voltada para o estudo do indivíduo, a Psicologia passou a incorporar dimensões sociais, reconhecendo a influência do contexto no comportamento humano. Com o surgimento da Psicologia Social, ampliou-se a compreensão das interações entre indivíduos e grupos, permitindo analisar fenômenos como preconceito, influência social, identidade e comportamento coletivo. Essa evolução consolidou a Psicologia como uma área fundamental para compreender e intervir na organização da sociedade.

FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A organização social é composta por estruturas que regulam a convivência humana, como família, escola, Estado e mercado. Essas estruturas são influenciadas por fatores culturais, históricos e psicológicos. A Psicologia contribui para a compreensão desses fundamentos ao analisar como os indivíduos internalizam normas e valores, desenvolvem papéis sociais e constroem suas identidades. Além disso, permite compreender os processos de adaptação social, cooperação e conflito, essenciais para o funcionamento das sociedades. A Psicologia estuda como esses processos afetam o desenvolvimento humano, influenciando comportamentos, atitudes e crenças. A compreensão da socialização é fundamental para promover práticas educativas e sociais mais eficazes.

IDENTIDADE SOCIAL E PERTENCIMENTO

A identidade social refere-se à forma como os indivíduos se percebem em relação aos grupos aos quais pertencem. Esse processo envolve aspectos culturais, sociais e psicológicos. A Psicologia contribui para entender como se formam as identidades, como surgem os sentimentos de pertencimento e como esses fatores influenciam o comportamento coletivo. A valorização da diversidade e o respeito às diferenças são aspectos centrais nesse contexto.

CULTURA E COMPORTAMENTO SOCIAL

A cultura desempenha um papel fundamental na organização social, influenciando valores, normas e práticas coletivas. A Psicologia analisa como a cultura molda o comportamento humano e como os indivíduos contribuem para a construção e transformação cultural. Essa relação

dinâmica entre indivíduo e cultura é essencial para compreender a complexidade das sociedades.

PSICOLOGIA E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

As instituições sociais organizam a vida coletiva, estabelecendo regras e padrões de comportamento. A Psicologia contribui para compreender o funcionamento dessas instituições e seu impacto sobre os indivíduos. Na educação, por exemplo, a Psicologia auxilia no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas. Na saúde, contribui para a promoção do bem-estar e prevenção de doenças. No trabalho, favorece relações mais saudáveis e produtivas.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Os conflitos são inerentes à convivência social. A Psicologia oferece ferramentas para compreender suas causas e desenvolver estratégias de mediação. A atuação psicológica na resolução de conflitos contribui para a construção de relações mais equilibradas, baseadas no diálogo e no respeito. Essa contribuição é especialmente relevante em contextos comunitários, escolares e organizacionais.

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Psicologia desempenha um papel importante na elaboração e implementação de políticas públicas. Ao compreender as necessidades e comportamentos da população, contribui para a criação de programas mais eficazes. Áreas como saúde, educação, assistência social e segurança pública se beneficiam da atuação psicológica, que busca promover inclusão, equidade e qualidade de vida.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

A Psicologia Comunitária destaca-se por sua atuação direta em contextos sociais, buscando fortalecer vínculos, promover autonomia e estimular a participação coletiva. Essa abordagem valoriza o protagonismo dos indivíduos e comunidades, incentivando soluções construídas de forma colaborativa.

DESIGUALDADE SOCIAL E PSICOLOGIA

A desigualdade social é um dos principais desafios da organização social. A Psicologia contribui para compreender seus impactos sobre o comportamento humano e desenvolver estratégias de enfrentamento. Questões como pobreza, exclusão e discriminação afetam

diretamente a saúde mental e o desenvolvimento social, exigindo intervenções integradas.

PSICOLOGIA, ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A atuação da Psicologia na organização social deve estar pautada por princípios éticos, respeitando a dignidade humana e promovendo justiça social. O compromisso com a transformação social e a redução das desigualdades é um aspecto central da prática psicológica.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

As transformações sociais, como globalização, avanço tecnológico e mudanças nas relações de trabalho, apresentam novos desafios para a Psicologia. Questões como isolamento social, uso excessivo de tecnologias e crises sociais exigem novas abordagens e intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia desempenha um papel essencial na organização social, contribuindo para a compreensão e transformação das relações humanas. Ao integrar conhecimento científico e prática social, promove o desenvolvimento de sociedades mais justas, inclusivas e equilibradas.

A contribuição da Psicologia na organização social revela-se fundamental para compreender e aprimorar as dinâmicas que estruturam a convivência humana. Ao analisar como indivíduos e grupos constroem significados, estabelecem relações e respondem às normas sociais, a Psicologia oferece bases sólidas para interpretar os fenômenos sociais de forma mais ampla e integrada.

Nesse contexto, sua atuação vai além da compreensão teórica, alcançando intervenções práticas que promovem o bem-estar coletivo, a mediação de conflitos e o fortalecimento de vínculos sociais. A Psicologia também contribui significativamente para a formulação de políticas públicas mais eficazes, ao considerar aspectos subjetivos e culturais que influenciam o comportamento social.

Diante dos desafios contemporâneos, como desigualdades sociais, transformações tecnológicas e mudanças nas formas de interação, a Psicologia assume um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equilibrada. Sua capacidade de integrar conhecimento científico com sensibilidade social a torna essencial na promoção de relações mais humanas e sustentáveis.

Conclui-se, portanto, que a Psicologia é um instrumento indispensável na organização social, pois possibilita não apenas compreender as complexidades das relações humanas, mas também intervir de maneira ética e transformadora, contribuindo para o desenvolvimento social e a melhoria

da qualidade de vida coletiva.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia Social no Brasil.

DIMENSTEIN, Magda. Psicologia Social Comunitária.

LANE, Sílvia T. M. Psicologia Social: O Homem em Movimento.

SAWAIA, Bader. As Artimanhas da Exclusão.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas Sociais e Psicologia.

ZANELLI, José Carlos. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil.